



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA

MARIA RENATA BEZERRA MELO

RENDIMENTOS E DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL NO PERÍODO 2004-
2012: A CONTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO DA MULHER NA REDUÇÃO
DA DESIGUALDADE

JOÃO PESSOA

2014

MARIA RENATA BEZERRA MELO

RENDIMENTOS E DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL NO PERÍODO 2004-
2012: A CONTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO DA MULHER NA REDUÇÃO
DA DESIGUALDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia. Área de Concentração: Economia do Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Aguiar do Monte.

JOÃO PESSOA

2014

M528r Melo, Maria Renata Bezerra.

Rendimentos e desigualdades de renda no Brasil no período 2004-2012: a contribuição da renda do trabalho da mulher na redução da desigualdade / Maria Renata Bezerra Melo.- João Pessoa, 2014.

65f. : il.

Orientador: Paulo Aguiar do Monte

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA

1. Economia. 2. Desigualdade de renda. 3. Distribuição de renda. 4. Índice de Gini. 5. Renda do trabalho. 6. Decomposição da renda.

UFPB/BC

CDU: 33(043)

MARIA RENATA BEZERRA MELO

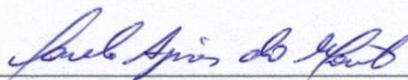
RENDIMENTOS E DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL NO PERÍODO 2004-
2012: A CONTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO DA MULHER NA REDUÇÃO
DA DESIGUALDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Economia da
Universidade Federal da Paraíba, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Economia. Área de Concentração:
Economia do Trabalho.

Avaliação Curricular.

Aprovada em: 11/03/2014.

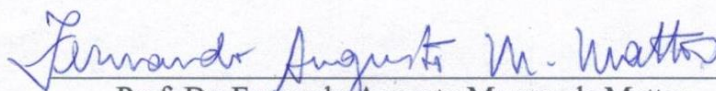
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Paulo Aguiar do Monte (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Dr. Magno Vamberto Batista da Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Dr. Fernando Augusto Mansor de Mattos
Universidade Federal Fluminense (UFF)

JOÃO PESSOA, 2014.

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil concluir esta etapa. Foram muitos momentos de angústia, preocupações e incertezas, mas também de muito aprendizado. Felizmente não estive sozinha nesta caminhada e gostaria de agradecer a todos os que colaboraram de alguma forma para que eu lograsse êxito.

Primeiramente a Deus, pelos dons que me deste e por tudo o que tens feito em minha vida. Nem sei se sou tão merecedora destas dádivas, mas aceito de bom grado Teus desígnios.

À minha família, pelos exemplos e apoio constantes. Em particular aos meus pais, que, cada qual a seu modo, sempre se orgulharam de mim e confiaram em meu trabalho. Obrigada por estarem a meu lado e acreditarem tanto em mim!

Aos professores do PPGE/UFPB, em especial ao Prof. Dr. Paulo Aguiar do Monte, pela dedicação concedida durante a orientação, sempre disponível e disposto a ajudar. Você não foi somente orientador, mas, em alguns momentos, conselheiro e amigo. Agradeço também aos outros membros da Banca de Defesa pela disponibilidade: Prof. Dr. Magno Vamberto e Prof. Dr. Fernando de Mattos, os quais proporcionaram discussões e sugestões que servirão para o meu crescimento pessoal e da pesquisa.

À secretaria composta por Risomar, Ricardo e Caroline, pelo auxílio e presteza com que me atenderam durante a realização do curso.

À CAPES, pelo apoio financeiro, o qual possibilitou que eu me dedicasse exclusivamente à pesquisa e à escrita dessa dissertação.

À turma de mestrado, pelos momentos divididos juntos e que tornaram mais leve meu trabalho. Agradeço de forma especial a Thiago Ricarte, pela parceria que construímos no decorrer do curso. Você esteve ao meu lado em momentos cruciais da elaboração dessa dissertação e foi simplesmente essencial para a concretização deste sonho.

Enfim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução dessa dissertação, meu muitíssimo obrigada!

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo avaliar a contribuição dos rendimentos salariais da mulher na renda domiciliar e o impacto desses rendimentos na redução da desigualdade da renda domiciliar *per capita* no Brasil e nas macrorregiões. A base de dados utilizada foi a da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no período de 2004 a 2012. Para atingir este objetivo, foram utilizadas as metodologias de decomposição do índice de Gini em parcelas do rendimento proposta por Kakwani, Wagstaff e Doorslaer (1997), assim como a metodologia de decomposição da mudança no índice de Gini por efeito-composição e efeito-concentração desenvolvida por Hoffmann (2006) e Soares (2006), a partir da decomposição proposta por Shorrocks (1982). A metodologia de Kakwani, Wagstaff e Doorslaer (1997) proporciona os erros-padrão, possibilitando a construção de intervalos de confiança, sendo exequível, consequentemente, verificar se as mudanças na desigualdade foram ou não estatisticamente significantes. Os resultados apontam que enquanto no Sudeste, Sul e Centro-Oeste as mudanças ocorridas de 2004 a 2012 nos componentes trabalho do homem, previdência pública e trabalho da mulher, principalmente na questão da desconcentração destas rendas, foram as grandes responsáveis pela queda da desigualdade brasileira, no Nordeste e no Norte, a renda do Programa Bolsa Família teve um papel crucial, principalmente através do efeito-composição. Tais achados reforçam a importância de políticas econômicas visando a desconcentração da renda proveniente do trabalho, incluindo no contexto a renda do trabalho da mulher, já que esta tem uma participação bastante significativa na renda dos domicílios e sua dinâmica reflete, de maneira expressiva, a trajetória rumo a uma sociedade menos desigual em termos de rendimentos monetários.

Palavras-chave: Desigualdade de Renda. Distribuição de Renda. Índice de Gini. Renda do Trabalho. Decomposição da Renda.

ABSTRACT

This work aimed to evaluate the contribution of wage income of women in household income and their impact on reducing income inequality in household income per capita in Brazil and in the macro-regions. The database used was the National Sample Survey (PNAD), in the period 2004-2012. To achieve this purpose will be used methodologies for decomposing the Gini index on elements of income proposed by Kakwani, Wagstaff and Doorslaer (1997), as well as the methodology of decomposition of the change in the Gini index, the effect of composition and concentration-effect developed by Hoffmann (2006) and Soares (2006), from the decomposition proposed by Shorrocks (1982). The methodology of Kakwani, Wagstaff and Doorslaer (1997) provides the standard errors, allowing the construction of confidence intervals, being feasible, therefore verify whether changes in inequality were either not statistically significant. The results show that while in the Southeast, South and Midwest the changes from 2004 to 2012 working on the components of man, public welfare and women's work, mainly on the issue of devolution of these budgets were greatly responsible for the fall of Brazilian inequality in the Northeast and North, the income of the Bolsa Família program played a crucial role, especially through - composition effect. Such findings reinforce the importance of economic policies aimed at decentralization of labor income, including income in the context of women's work, as this has a very significant share of income of the households and their dynamics reflects, more significantly, the trajectory towards a less unequal society in terms of monetary income.

Keywords: Income Inequality. Income Distribution. Gini index. Labour income. Decomposition of Income.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do índice de Gini. Brasil, 1976-2012	16
Gráfico 2 – Taxas de atividade por sexo (%). Brasil, 2004-2012.....	22
Gráfico 3 – Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo (%). Brasil, 2004 a 2012	23
Gráfico 4 – Distribuição da população ocupada, por grupos de idade, segundo o sexo (%). Brasil, 2003 e 2011.....	24
Gráfico 5 – Evolução do índice de Gini e dos índices de concentração dos seis componentes da renda domiciliar per capita. Brasil, 2004-2012.....	38
Gráfico 6 – Índice de Gini. Regiões do Brasil, 2004-2012.....	45
Gráfico 7 – Participação (%) da mulher por setor de atividade. Regiões do Brasil, 2012	48
Gráfico 8 – Contribuição das aposentadorias, pensões e BPC na parcela previdência pública. Regiões do Brasil, 2004 e 2012	49
Gráfico 9 – Evolução dos índices de concentração (C_h) das componentes da renda domiciliar per capita. Regiões do Brasil, 2004-2012.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatística descritiva das rendas per capita utilizadas (R\$). Brasil, 2004-2012	34
Tabela 2 – Índice de Gini para o Brasil entre os anos 2004-2012.....	35
Tabela 3 – Participação dos componentes (φ_h) na renda domiciliar per capita (%). Brasil, 2004-2012	36
Tabela 4 – Índices de concentração (C_h) dos componentes da renda. Brasil, 2004-2012.....	39
Tabela 5 – Intervalo de confiança de 95% dos índices de concentração dos componentes de renda no período 2004 a 2012	40
Tabela 6 – Decomposição do índice de Gini por componente de renda. Brasil, 2004 a 2012	41
Tabela 7 – Decomposição da variação no valor absoluto do índice de Gini segundo efeito-composição e efeito-concentração (%). Brasil, 2004-2012	43
Tabela 8 – Distribuição da população e da renda (%). Regiões do Brasil, 2004-2012	44
Tabela 9 – Participação dos componentes (φ_h) na renda domiciliar per capita (%). Regiões do Brasil, 2004-2012.	47
Tabela 10 – Índices de concentração (C_h) das componentes da renda domiciliar per capita. Regiões do Brasil, 2004-2012.....	52
Tabela 11 – Decomposição do índice de Gini por componente de renda. Regiões do Brasil, 2004 e 2012.....	54
Tabela 12 – Decomposição da variação no valor absoluto do índice de Gini segundo efeito-composição e efeito-concentração (%). Regiões do Brasil, 2004-2012	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A EVOLUÇÃO RECENTE DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL	13
2.1 A desigualdade de renda no Brasil	13
3 MULHER E MERCADO DE TRABALHO	18
3.1 A evolução da mulher no mercado de trabalho	18
3.2 Políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho feminino no Brasil	20
3.3 A mulher no mercado de trabalho: evidências empíricas	22
4 METODOLOGIA	26
4.1 O Índice de Gini	26
4.2 Categorias da renda domiciliar per capita	27
4.3 Decomposição do índice de Gini segundo Kakwani, Wagstaff e Doorslaer (1997)	28
4.4 Decomposição da mudança no índice de Gini por efeito-composição e efeito- concentração	29
4.5 Base de dados	31
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
5.1 Estatística descritiva das rendas <i>per capita</i>	33
5.2 Decomposição do índice de Gini para o Brasil no período 2004-2012	34
5.2.1 <i>Evolução da desigualdade dos componentes da renda domiciliar per capita</i>	37
5.2.2 <i>Decomposição do índice de Gini por componente de renda</i>	40
5.2.3 <i>Decomposição da variação no valor absoluto do índice de Gini segundo efeito- composição e efeito-concentração</i>	42
5.3 Decomposição do índice de Gini para as macrorregiões brasileiras no período 2004-2012	43
5.3.1 <i>Evolução da desigualdade dos componentes da renda domiciliar per capita</i>	49
5.3.2 <i>Decomposição do índice de Gini por componente de renda</i>	53
5.3.3 <i>Decomposição da variação no valor absoluto do índice de Gini segundo efeito- composição e efeito-concentração</i>	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57

REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICE A – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA, POR GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE, SEGUNDO O SEXO (%) – (2003 e 2011)*	64
APÊNDICE B – ÍNDICE DE GINI E ERROS-PADRÃO. REGIÕES DO BRASIL, 2004-2012	65

RENDIMENTOS E DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL NO PERÍODO 2004-2012: A CONTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO DA MULHER NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1970, o Brasil apresentou um crescimento econômico acelerado – época do Milagre Econômico –, com expansão do processo de industrialização e urbanização. Neste período, acreditava-se que o país deveria crescer economicamente para depois distribuir a riqueza oriunda desse crescimento (“Teoria do Bolo”); fato que acabou não ocorrendo e, como consequência, gerou-se uma ampliação da concentração de renda já existente no País.

Foi neste contexto econômico de elevadas taxas de crescimento e posterior instabilidade econômica que se observou o aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho. Na década de 1990, este aumento acentuado se transformou em elevação do desemprego feminino, evidenciando que o aumento da PEA (População Economicamente Ativa) feminina foi maior do que o incremento nos postos de trabalho para mulheres (HOFFMANN; LEONE, 2004).

Alguns estudos foram realizados para tentar explicar a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, dentre estes os de Sedlacek e Santos (1991), Bruschini e Lombardi (1996) e Leone (1997). Para Sedlacek e Santos (1991) um fator marcante na inserção da mulher no mercado de trabalho refere-se à entrada da mulher cônjuge, o que estaria associado a uma estratégia de composição da renda familiar. Assim, quanto menor a renda do marido, mais se verificaria a participação da esposa no mercado de trabalho no sentido de complementar a renda familiar. Este argumento também foi observado por Leone (1997) ao afirmar que os fatores econômicos reforçaram a maior participação feminina na tentativa de evitar o empobrecimento das famílias. Bruschini e Lombardi (1996), por sua vez, argumentam que o aumento da participação feminina na população ocupada não se deve somente a mudanças de padrões culturais – como o destacado acima –, mas também ao aumento do seu nível de escolaridade feminina o que lhe trouxe vantagens competitivas no mercado de trabalho.

Não obstante a elevação da participação da mulher no mercado de trabalho, os estudos sobre o tema encontram evidências de que as desigualdades (oriunda em grande parte da discriminação) salariais entre os sexos não diminuíram na mesma proporção. De uma forma geral, as mulheres são inseridas em setores de atividade e profissões que tradicionalmente pagam salários menores, como as atividades de prestação de serviços domésticos, serviços pessoais e outros serviços não especializados, enfrentando, assim, restrições de acesso aos melhores postos de trabalho (ABRAMO, 2000; SANCHES, 2004).

No referente à desigualdade de renda medida pelo índice de Gini, Hoffmann e Leone (2004) observaram que a disparidade aumentou na década de oitenta, atingindo um ápice em 1989, para depois passar por um processo de redução. Os autores complementam afirmando que, no período 1981-2002, houve uma diminuição da participação dos rendimentos do trabalho do homem e um aumento da participação da renda do trabalho da mulher, tendo sido verificado, como consequência, uma diminuição da contribuição do rendimento do trabalho masculino para a ampliação da desigualdade, enquanto a contribuição do rendimento do trabalho feminino foi crescente e constante, o que contribuiu para a redução a partir dos anos noventa.

Com base no cenário apresentado da crescente inserção observada da mulher no mercado de trabalho e de sua contribuição para a renda familiar até o início da década de 2000, o objetivo desta dissertação é continuar investigando se houve uma mudança na contribuição do rendimento do trabalho das mulheres na composição da renda domiciliar e o seu impacto sobre a desigualdade da renda domiciliar *per capita* no Brasil, e nas suas macrorregiões, no período 2004-2012, tendo em vista a importância desta parcela do rendimento na renda domiciliar *per capita* nas últimas décadas.

Considerando-se a relevância da renda do trabalho na composição da renda domiciliar *per capita* e a recente queda da desigualdade, esta dissertação buscará desagregar os componentes da renda *per capita* no intuito de verificar qual a participação das diversas fontes de rendimentos, em especial da renda do trabalho da mulher, e suas respectivas contribuições sobre a redução da disparidade de renda no Brasil.

Nesse contexto, este estudo se justifica pela crescente participação da mulher na composição da renda domiciliar e pela escassez de estudos recentes na literatura acadêmica acerca da contribuição da renda do trabalho da mulher para a desigualdade de renda no Brasil, tanto no contexto nacional quanto regional.

A base de dados utilizada foi proveniente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no período de 2004 a 2012, exceto por 2010 (ano do Censo Demográfico). Optou-se pelo ano de 2004 como período inicial devido a PNAD não cobrir, até 2003, a zona rural da região Norte (exceto pelo Estado do Tocantins) e o ano de 2012 por ser o último ano a possuir dados disponíveis.

As metodologias utilizadas advém da decomposição do índice de Gini em parcelas do rendimento proposta por Kakwani, Wagstaff e Doorslaer (1997), assim como a metodologia de decomposição da mudança no índice de Gini por efeito-composição e efeito-concentração desenvolvida por Hoffmann (2006) e Soares (2006), a partir da decomposição proposta por Shorrocks (1982). Ressalta-se que a metodologia de Kakwani, Wagstaff e Doorslaer (1997) proporciona a estimação dos erros-padrão que possibilitam a construção de intervalos de confiança, sendo exequível, consequentemente, verificar se as mudanças na desigualdade foram ou não estatisticamente significantes.

Além desta introdução, esta dissertação possui cinco capítulos adicionais. O segundo capítulo trata, de forma resumida, da contextualização da desigualdade de renda no Brasil. O terceiro capítulo aborda a situação da mulher no mercado de trabalho, descrevendo um breve histórico da sua inserção no mercado de trabalho, as políticas públicas recentes voltadas à população economicamente ativa feminina e a evolução de alguns indicadores econômicos. O quarto capítulo discute a base de dados e as metodologias empregadas. O quinto capítulo analisa os resultados obtidos. Por fim, o último capítulo é destinado a conclusão do trabalho.

2 A EVOLUÇÃO RECENTE DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

2.1 A desigualdade de renda no Brasil

A concentração de renda no Brasil está entre uma das mais elevadas do mundo (BARROS; MENDONÇA, 1995; HOFFMANN, 2000) e é apontada como a principal causa da deterioração de alguns indicadores socioeconômicos e também uma das principais fontes geradoras da pobreza (CASTRO, 2006). De acordo com Barros e Mendonça (1996) o grau de pobreza de um país pode ser determinado pelo grau de desigualdade e o seu nível de renda, que é determinado pelo grau de eficiência de sua economia.

Historicamente, a concentração de riqueza e renda no Brasil remonta ao passado colonial e escravocrata. O elevado grau de concentração da posse da terra, desde o início da colonização, representava a base do poder econômico e persistiu até as primeiras décadas do século XX, refletindo-se na estrutura de poder político concentrado, autoritário e paternalista, a qual se manteve de forma persistente no país até a segunda Grande Guerra (CACCIAMALI, 2002).

Uma das medidas adotadas pelo país com o propósito de industrialização, o chamado Processo de Industrialização por Substituição de Importações (PSI), acabou gerando um processo concentrador na medida em que foram adotadas tecnologias mais intensivas no fator capital em um país onde a intensidade relativa da mão-de-obra é superior à do capital. Desta maneira, a absorção e a remuneração da mão-de-obra foram substancialmente inferiores àquela dos detentores do capital (CASTRO, 2006). Este argumento é reforçado por Cacciamali (2002) ao apontar o fato de o processo de industrialização ter se iniciado no final do século XIX na região Sudeste, a qual representava o pólo dinâmico da economia e centro da economia exportadora devido ao cultivo e à exportação do café. Esta região passou a ser maior beneficiária do processo de crescimento econômico que se estabeleceu no país nos anos 1930 e de maneira mais acelerada e persistente após os anos 1950.

O resultado deste modelo concentrador de renda pode ser visto nos anos 1960 com a elevação da concentração da renda no país, o que desencadeou um intenso debate sobre as principais causas que motivaram o aumento da desigualdade. Nos anos setenta, a política

econômica adotada pelo governo foi apontada como uma das principais razões da piora na concentração da renda devido a uma política salarial restritiva e ao dismantelamento da estrutura sindical e de diversos órgãos da chamada sociedade civil que procuravam garantir a proteção dos assalariados e das classes menos favorecidas. Contudo, a piora na distribuição de renda também foi atribuída ao próprio crescimento acelerado, o qual causava distúrbios em vários mercados (CASTRO, 2006).

Langoni (1973) é um dos precursores na abordagem das possíveis causas da acentuada desigualdade de renda no país. Com o objetivo de investigar qual deveria ser a prioridade da política pública no provimento de incentivos aos diversos tipos de investimento e fazendo uso de microdados do censo de 1960 e da PNAD de 1969, o autor comparou as taxas de retorno da educação e do investimento em capital físico no Brasil, concluindo que a taxa de retorno em capital humano, sobretudo em educação básica, era significativamente superior à taxa obtida no investimento em capital físico. Desta forma, Langoni (1973) defendeu uma política educacional ativa, centrada no ensino básico e na formação geral e não no ensino profissionalizante. O estudo de Langoni (1973) integra a versão oficial sobre a ampliação da desigualdade de renda no Brasil dos governos Médici (1969-75) e Geisel (1975-79), apontando o efeito de dois mecanismos para explicar o aumento no grau de desigualdade. O primeiro mecanismo refere-se às mudanças na composição da força de trabalho enquanto o segundo mecanismo faz referência ao crescimento da demanda por mão de obra mais qualificada (ao longo do processo de crescimento econômico) que, aliado à oferta inelástica de mão-de-obra qualificada, teria provocado um desequilíbrio no mercado de trabalho. Estes fatos ampliaram os diferenciais de salários a favor da mão de obra qualificada, principalmente no meio urbano e na região Sudeste do país.

Fishlow (1972) também figura entre os primeiros a tentar explicar a concentração de renda ocorrida entre 1960 e 1970, todavia com uma visão diferente. Para o autor, o aumento da desigualdade de renda ocorreu devido a fatores estruturais e à condução da política econômica do período. O aumento na desigualdade educacional simboliza uma das evidências mais significativas das mudanças de fatores estruturais na piora da desigualdade. Fishlow (1972) argumentou que o desenho institucional do sistema educacional brasileiro privilegiava o acesso à educação dos grupos de renda mais elevada e com pais mais bem educados. Como consequência, poderia estar se dando maior capacidade de pressão a esses mesmos grupos, isto é, a variável educação, nesse caso, não será a causa e sim um reflexo da concentração prévia dos altos níveis educacionais prevalecentes nesse grupo. Sobre a condução da política

econômica, as políticas fiscais e a concessão de incentivos fiscais para investimentos no mercado de capital e em regiões e setores específicos estariam aumentando a desigualdade, na medida em que estariam beneficiando os grupos de renda mais elevada.

Na década de 1970, a permanência de altas taxas de crescimento econômico e a expansão do emprego urbano permitiram ganhos reais para todos os estratos de renda, sobretudo para os grupos mais elevados, provocando uma continuidade na tendência concentradora, no entanto, um pouco menor do que na década anterior. A política oficial de indexação salarial, que comprime os pisos salariais, deixa de ser aplicada pelos setores modernos privados da economia. Paralelamente, o movimento sindical se reorganiza, especialmente na região Sudeste, reivindicando, com sucesso, reajustes maiores para os estratos inferiores da escala salarial, conduzindo a uma maior convergência nos salários neste período. (CACCIAMALI, 2002).

A inflação e a dívida externa na década de 1980 fizeram o debate sobre as causas da desigualdade no Brasil perder importância, reaparecendo apenas no final da década quando surgiram vários estudos sobre desigualdade para as décadas de 1980 e 1990. Os resultados desses trabalhos apontam que a década de 1980 foi também um período concentrador, com a população sofrendo os efeitos da crise e, sobretudo, da inflação, principalmente os mais pobres já que a população mais rica possuía mecanismos para se proteger do processo de estagflação, resultando numa melhora em sua posição relativa dentro do país (CASTRO, 2006).

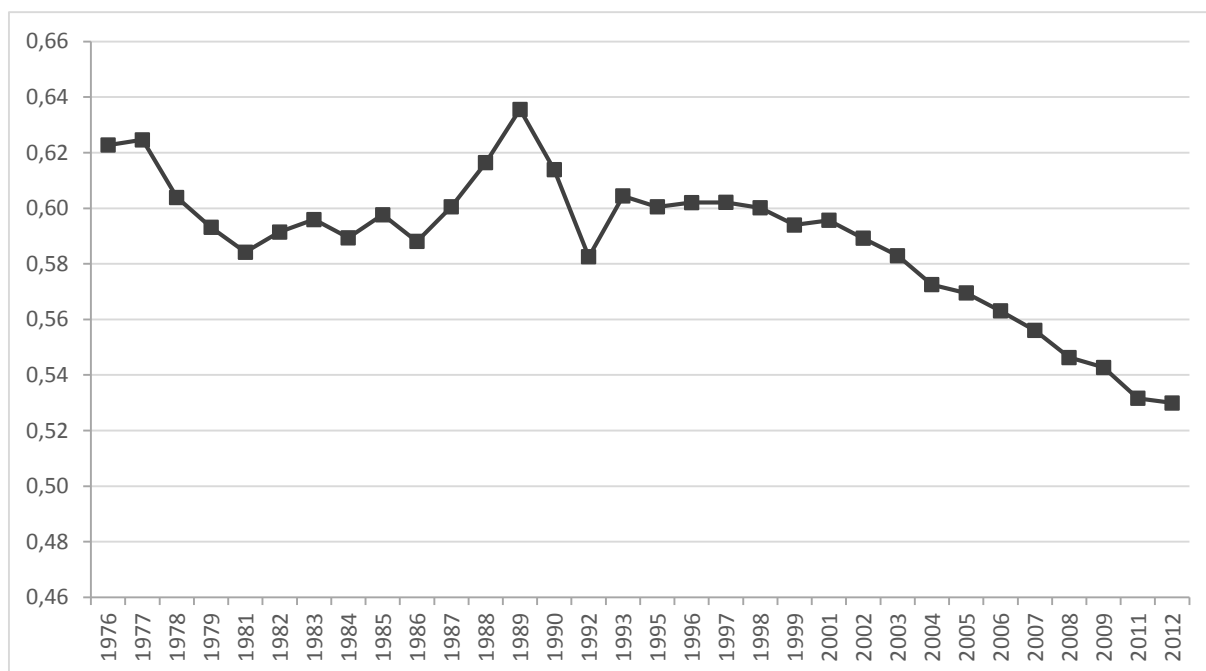
Os anos noventa foi caracterizado pela estabilização dos preços (Plano Real) que favoreceu estratos mais pobres da população no que concerne à ampliação do poder de compra de suas rendas. No entanto, o processo de abertura econômica e o ambiente de maior competitividade geraram resultados ambíguos para as camadas mais pobres da população. Segundo Cacciamali (2002), na medida em que o processo de abertura comercial reduziu as margens de lucro e o nível de preços em geral, especialmente dos bens industrializados, houve um ganho para essa camada da população, mas, por outro lado, os ganhos de produtividade levaram a maiores taxas de desemprego e de subemprego, fazendo com que a apropriação dos grupos mais pobres na renda nacional não se alterasse de forma significativa.

Os efeitos da desigualdade da distribuição da educação sobre a distribuição salarial e de renda também foram evidenciados na literatura especializada dos anos noventa. Estudos como os de Barros e Mendonça (1995) e de Hoffmann (2000) assinalam que o Brasil é um

dos países com maior grau de desigualdade em educação do mundo e apresenta uma elevada sensibilidade dos salários ao nível educacional do trabalhador. As estimações apontam que cada ano de escolaridade adicional tende a elevar o nível salarial do trabalhador entre 11% a 15%, aproximadamente. De forma similar, Ferreira (2000) e Ramos e Vieira (2000) identificaram a escolaridade como o principal fator determinante da desigualdade na década de 1990, por gerar diferenças de produtividade entre os indivíduos que perduram todo o seu ciclo de vida.

Após um período de desigualdade de renda em níveis relativamente elevados, o Brasil passou a apresentar um declínio contínuo e expressivo a partir do de 2001 (HOFFMANN, 2006; HOFFMANN; NEY, 2008; BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2007; CACCIAMALI; CAMILLO, 2009; SOARES *et al.*, 2010; SOUZA, 2013). No Gráfico 1 é possível observar a evolução do índice de Gini no período 1976 a 2012, e, principalmente, sua trajetória de queda contínua a partir de 2001.

Gráfico 1 – Evolução do índice de Gini no Brasil, 1976-2012



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Alguns autores apontam que a recente queda na desigualdade de renda no Brasil pode ser atribuída, em grande parte, ao aumento do salário mínimo acima do valor da inflação

(BARROS, 2007; FIRPO; REIS, 2007; SABOIA, 2007), enquanto outros revelam a importância das transferências públicas de renda, incluindo nesta categoria as pensões e aposentadorias públicas, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os benefícios do Programa Bolsa Família e similares (SOARES *et al.*, 2010; SOUZA, 2013). No entanto, as mudanças na distribuição de rendimentos do trabalho são as grandes responsáveis pela recente queda da desigualdade (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2007; HOFFMANN, 2005, 2006; SOARES, 2006; SOARES *et al.*, 2006).

3 MULHER E MERCADO DE TRABALHO

3.1 A evolução da mulher no mercado de trabalho

Um dos fatos mais marcantes a partir da segunda metade do século XX no mercado de trabalho do Brasil foi a inserção, cada vez maior, das mulheres; fato este explicado por diversos fatores de ordem econômica, cultural e social. Alguns autores como Gardey (2003), porém, destacam que as mulheres sempre trabalharam, contudo as atividades femininas como o trabalho doméstico e até mesmo o trabalho no campo ou no comércio (no século XIX) são, frequentemente, desconsideradas da análise econômica e social. Assim, apenas durante o processo de industrialização, com a participação no trabalho produtivo nas fábricas, é que as mulheres passaram a ser consideradas trabalhadoras. Antes disto, cabia-lhes unicamente o espaço do lar.

No início do processo de participação feminina no mercado de trabalho, principalmente no setor têxtil, o trabalho feminino era visto como provisório, complementar e subalterno. Como consequência, os salários das mulheres eram baixos e os operários demitidos em épocas de crise eram substituídos por elas. Cabiam às mulheres os trabalhos subalternos e, aos homens, os cargos de poder (CORRÊA, 2004; PAOLI, 1985).

A 1ª Guerra Mundial é, geralmente, considerada o momento internacional histórico no qual acontece uma ampliação da presença da mulher no mercado de trabalho mundial (CAVAZOTTE; OLIVEIRA; MIRANDA, 2010). No momento em que os homens foram para as frentes de batalha, foram as mulheres que tiveram que assumir os negócios da família e o lugar dos seus maridos no mercado de trabalho¹. O setor terciário e as profissões liberais passam a empregar mulheres no período pós-guerra, momento no qual muitos homens perderam suas vidas ou foram mutilados, ficando impossibilitados de voltar ao mercado de trabalho. É também nesse período que se assinala a abertura de cursos universitários, aos quais as mulheres passam a ter acesso (THÉBAUD, 1991).

¹ Para Betiol (2000) a guerra mostrou que a mulher era capaz de manusear instrumentos e técnicas que desconhecia, destruindo as barreiras entre trabalhos masculinos e femininos.

No âmbito nacional, a Revolução Constitucionalista de 1932, que promoveu a discussão de algumas medidas para a Constituição Federal de 1934, representou um grande avanço para a época ao exigir a todo trabalho de igual valor, sem distinção de sexo, um salário correspondentemente de igual, além de proibir o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes e depois do parto e de proibir a demissão de mulheres grávidas. Entretanto, embora na teoria a Lei representasse um avanço, na prática as mudanças demoraram a acontecer. Prova disto foram as constantes manifestações das operárias pelos seus direitos logo após a promulgação da Lei visto que, na prática, os direitos conquistados estavam sendo violados. (PAOLI, 1985)

Durante os anos cinquenta o Brasil apresentou um expressivo crescimento da População Economicamente Ativa (PEA). De acordo com Alves (2013), a PEA total passou de 17,1 milhões de pessoas (em 1950) para quase 93,5 milhões de pessoas (em 2010), representando um aumento de 5,5 vezes. Desse total, enquanto a PEA masculina aumentou cerca de 3,6 vezes no período, a PEA feminina teve um crescimento de 16,3 vezes. É importante ressaltar que, mesmo tendo havido mudanças metodológicas nos instrumentos de coleta do Censo Demográfico e das pesquisas domiciliares que refletem parte desta expansão, a tendência de crescimento da força de trabalho é incontestável, tendo as mulheres como o elemento principal deste crescimento.

Em relação à participação da mulher no mercado de trabalho, observa-se o seu crescimento desde os anos 1970 de forma significativa e constante. Segundo Hoffmann e Leone (2004), no Brasil tem crescido, principalmente, a participação das mulheres casadas e com filhos, primeiramente as mulheres de famílias de melhor nível socioeconômico, seguidas por aquelas de níveis mais baixos. Conforme Leone (2000), o aumento da participação feminina tem relação com a queda da renda do trabalho masculino, o que acentua o crescimento da participação da mulher na renda familiar.

A Constituição Federal de 1988 trouxe ganhos em relação às políticas públicas femininas, atendendo os que defendiam igualdade de direitos entre os sexos, eliminando certos protecionismos que acabavam “privilegiando” as mulheres em relação aos homens, mas que acabavam gerando, ao mesmo tempo, discriminação e, paralelamente, considerando algumas diferenças entre os sexos, principalmente no que diz respeito à maternidade (BRUSCHINI, 1994). Apesar dos progressos advindos da Constituição Federal de 1988 até os

dias de hoje, as mulheres continuam lutando pela igualdade de oportunidades e salários no mercado de trabalho.

Apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e do avanço dos direitos trabalhistas, especialmente das mulheres, a desigualdade de gênero ainda está muito presente nas empresas. A desigualdade de gênero se reproduz no mercado de trabalho de várias formas, seja através da discriminação salarial pura, da segregação ocupacional por gênero ou do chamado *glass ceiling* (CAVAZOTTE; OLIVEIRA; MIRANDA, 2010). Para Giuberti e Menezes Filho (2005) e Roth (2007) os homens tendem a receber remuneração mais elevada em relação às das mulheres em ocupações idênticas, apesar de, na maioria das vezes, as mulheres possuírem um nível de qualificação superior. Souza e Guimarães (2000), Lavinias (2001), Oliveira e Ariza (2001) e Cambota e Pontes (2007) retratam que a desigualdade é fruto da chamada segregação ocupacional, situação na qual determinadas atividades estão pré-determinadas para serem executadas por mulheres, geralmente postos de trabalho menos qualificados e mal remunerados em comparação aos ocupados pelos homens. Morrison e Glinow (1990) e Steil (1997) discutem sobre o fato de as mulheres terem mais dificuldade de ascensão profissional, fenômeno conhecido por teto de vidro (*glass ceilin*).

3.2 Políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho feminino no Brasil

As políticas públicas podem ser descritas como instrumentos utilizados pelo governo com o intuito de transformar determinada realidade social, alicerçadas nos princípios fundamentais da constituição. A intervenção do Estado na sociedade busca assegurar igualdade de oportunidade, direitos aos cidadãos, promoção da diversidade (entendida em todos os aspectos, sejam eles cultural, racial, étnico, situação econômica e regional), enfim, justiça social (HEILBORN; ARAUJO; BARRETO, 2010).

Durante todo o período republicano várias medidas foram tomadas com o objetivo de promover uma inserção mais igualitária entre homens e mulheres no mercado de trabalho. As próprias constituições promulgadas no Brasil são um relato da tentativa de gerar direitos iguais, independente de cor e sexo, no mercado de trabalho.

Dentre as medidas recentes adotadas especificamente à igualdade de oportunidades entre os gêneros no mercado laboral, destaca-se a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) criada através da Medida Provisória 103, posteriormente convertida na Lei nº 10.683/2003. Segundo informações disponíveis no site da SPM/PR, a Secretaria tem como principal objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente. Entre as competências da SPM/PR, pode-se citar: i) o assessoramento direto a Presidenta da República, em articulação com os demais Ministérios, no que tange à formulação e no desenvolvimento de políticas para as mulheres; ii) desenvolver campanhas educativas de caráter nacional, assim como projetos e programas de cooperação com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas. A SPM/PR atua em três linhas principais de ação, desde: i) políticas do trabalho e da autonomia econômica das mulheres; ii) enfrentamento à violência contra as mulheres, até; iii) programas e ações nas áreas de saúde, educação, cultura, participação política, igualdade de gênero e diversidade.

De acordo com a SPM/PR, em julho de 2004, realizou-se a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), na qual 120 mil mulheres participaram. Das propostas apresentadas neste evento, elaborou-se o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), o qual se orienta nos seguintes pontos fundamentais: i) igualdade e respeito à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, situação econômica e regional, assim como os diferentes momentos da vida das mulheres; ii) igualdade de oportunidades a todas as pessoas; iii) autonomia das mulheres, assegurando a elas o poder de decisão sobre suas vidas e corpos; iv) laicidade do Estado, formulando e implementando políticas públicas voltadas para as mulheres, independentes de princípios religiosos; v) universalidade das políticas, garantindo o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres; vi) busca de superação da desigualdade social, assegurando a redistribuição dos recursos e riquezas produzidas pela sociedade; vii) transparência dos atos públicos; e viii) participação e controle social com a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas (BRASIL, 2006).

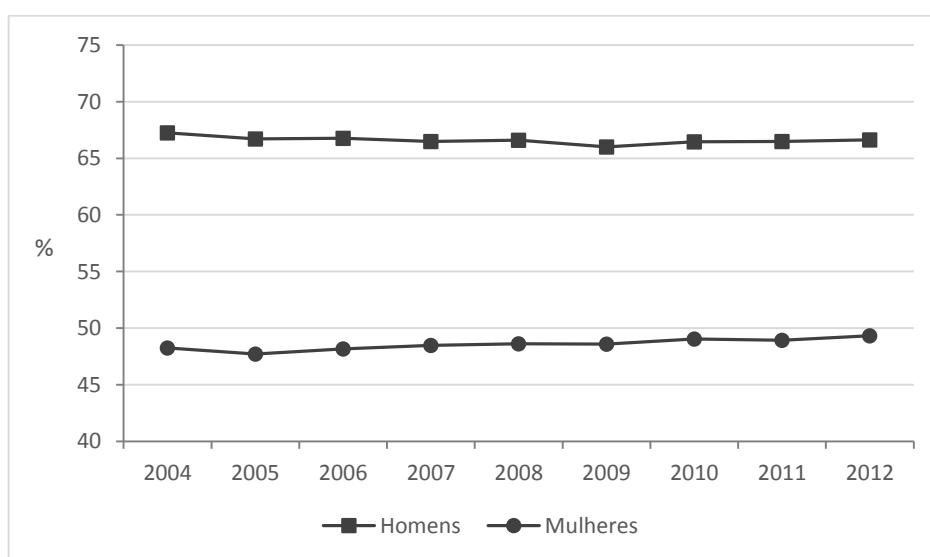
Segundo a SPM/PR, a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), realizada em agosto de 2007, reunindo cerca de 200 mil mulheres brasileiras em conferências municipais e estaduais realizadas em todas as Unidades da Federação do país, criou o II Plano Nacional de Políticas Públicas (II PNPM). O Plano Plurianual 2008-2011

reafirmou os acordos gerais e os pressupostos, princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres aprovadas na I Conferência Nacional e tem os seguintes objetivos: i) adoção de medidas que garantam a redução da desigualdade de gênero e contribuir para o enfrentamento do preconceito e da discriminação por meio da formação de gestores/as, profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino; ii) Garantir educação igualitária por meio de políticas educacionais que respeitem à diversidade em todas as suas formas; iii) Assegurar acesso, permanência e o sucesso de meninas e mulheres à educação de qualidade, observando, principalmente, os grupos com baixa escolaridade (BRASIL, 2008).

3.3 A mulher no mercado de trabalho: evidências empíricas

A participação da mulher no mercado de trabalho tem se apresentado ligeiramente crescente ao longo da última década. Segundo o Gráfico 2, a taxa de atividade feminina cresceu de 48,26%, em 2004, para 49,32%, em 2012, um acréscimo de 1,06 pontos percentuais (p.p.), enquanto os homens tiveram uma diminuição de 0,60 pontos percentuais de sua taxa de atividade, passando de 67,24% (2004) para 66,64% (2012). Assim, em um intervalo de oito anos, a diferença percentual entre os sexos reduziu em 1,66 p.p.

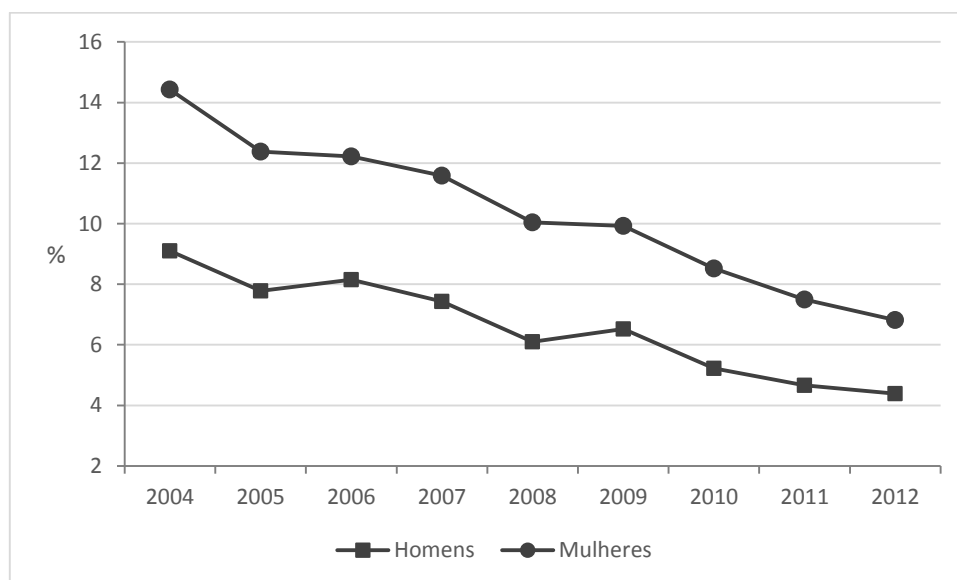
Gráfico 2 – Taxas de atividade por sexo (%). Brasil, 2004-2012



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa Mensal de Emprego, IBGE.
Nota: Média das estimativas mensais.

No que concerne à trajetória recente da taxa de desocupação feminina e masculina, é possível perceber uma redução significativa tanto da taxa feminina (de 14,43%, em 2004, para 6,82% em 2012) quanto da taxa masculina (de 9,10%, em 2004, para 4,39% em 2012), conforme pode ser visualizado no Gráfico 3, a seguir. Embora a taxa de desocupação entre as mulheres tenha reduzido bastante, ainda se situa acima da taxa masculina. Embora ainda se situe acima dos índices observados para os homens, é possível perceber uma redução do diferencial, indicando que a taxa de desocupação das mulheres reduziu em um percentual superior à dos homens.

Gráfico 3 – Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo (%). Brasil, 2004 a 2012



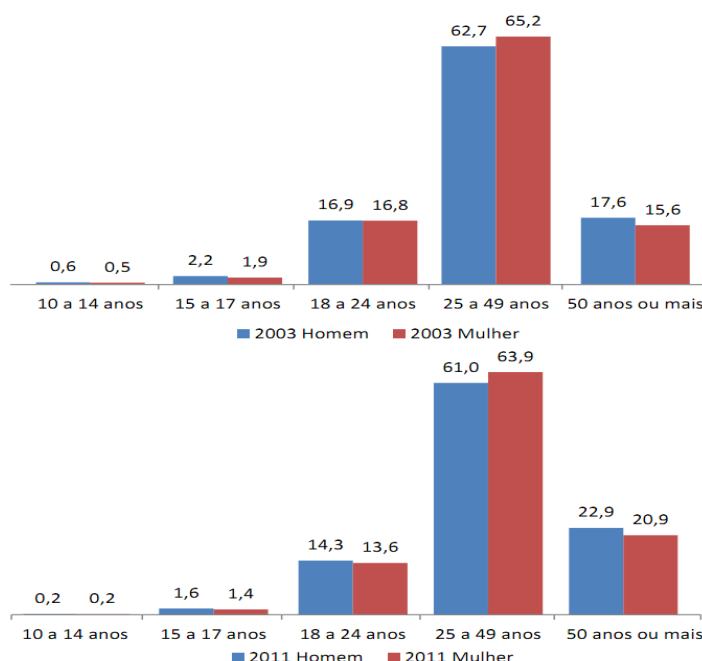
Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa Mensal de Emprego, IBGE.
Nota: Média das estimativas mensais.

Sobre a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho e queda da taxa de ocupação feminina pode-se destacar como fatores que contribuíram para inserção ocupacional da mulher as mudanças no nível de escolaridade e no perfil etário, além de questões culturais e sociais. Por exemplo, enquanto na década de 1970 as trabalhadoras eram, em sua maioria, jovens, solteiras e pouco escolarizadas, na década de 1980, as mulheres que mais aumentaram sua participação no trabalho remunerado foram àquelas com idade acima de 25 anos, chefes e cônjuges, com níveis mais elevados de instrução e com nível de renda não

muito baixo (SEDLACEK; SANTOS, 1991; JATOBÁ, 1994; BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996; LEONE, 2000).

Em seguida, o Gráfico 4 descreve a distribuição da população ocupada segundo grupos etários na última década (Gráfico 4). Neste, percebe-se que a população ocupada se encontra, em sua maioria, situada na faixa etária entre 25 e 49 anos, sofrendo uma pequena queda de 2003 para 2011. Enquanto os homens passaram de 62,7% para 61,0%, as mulheres reduziram sua participação de 65,2% para 63,9%. Outra mudança significativa foi o acréscimo perceptível na população ocupada na faixa etária de 50 anos ou mais, tanto de homens (de 17,6% para 22,9%) quanto de mulheres (de 15,6% para 20,9%).

Gráfico 4 – Distribuição da população ocupada, por grupos de idade, segundo o sexo (%).
Brasil, 2003 e 2011



Fonte: IBGE (2012), Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011. Nota: Média das estimativas mensais.

Por fim, em relação às atividades as quais a mulher se insere verifica-se uma continuidade das ocupações, isto é, as mulheres continuam preenchendo as ocupações menos valorizadas e tradicionalmente femininas como, por exemplo, a do emprego doméstico (LEONE, 2003). Dados da Pesquisa Mensal de Emprego de 2012 do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o maior percentual de mulheres está exercendo atividade na administração pública (22,8% em 2003 e 22,6% em 2011 contra 10,5% em 2003 e 2011 dos homens) e que cerca de 16,7% (2003) e 14,5% (2011) das mulheres estão ocupadas em atividades de serviços domésticos (contra 0,7% dos homens em 2003 e 2011) e cerca de 1,0% estão empregadas na construção civil, tanto em 2003 quanto em 2011 (contra 12,5% e 13,2% dos homens, em 2003 e 2011, respectivamente)².

² Ver Apêndice A.

4 METODOLOGIA

Com o objetivo de examinar a contribuição dos componentes da renda domiciliar *per capita*, em especial a renda do trabalho da mulher na redução da desigualdade de renda no período 2004-2012, serão utilizadas as metodologias de decomposição do índice de Gini em parcelas do rendimento proposta por Kakwani, Wagstaff e Doorslaer (1997) e a metodologia de decomposição da mudança no índice de Gini por efeito-composição e efeito-concentração desenvolvida por Hoffmann (2006) e Soares (2006), a partir da decomposição proposta por Shorrocks (1982).

A metodologia de Kakwani, Wagstaff e Doorslaer (1997) proporciona os erros-padrão³, possibilitando a construção de intervalos de confiança, sendo exequível, consequentemente, verificar se as mudanças na desigualdade foram ou não estatisticamente significantes.

A maneira como as rendas foram divididas também será apresentada neste capítulo.

4.1 O Índice de Gini

O índice de Gini é um instrumento que mede a desigualdade na distribuição de renda. Seu valor pode variar de 0 a 1, onde 0 (zero) representa a situação em que todos têm a mesma renda (situação de igualdade) e 1 (um) configura a circunstância na qual uma única pessoa detém toda a riqueza.

O índice de Gini possui o benefício de ser facilmente decomposto conforme a fonte de renda. Desta forma, o índice pode ser visto como uma soma ponderada dos coeficientes de concentração, cujos pesos de ponderação são os próprios pesos de cada fonte de renda na renda total (ARAÚJO, 2010). Portanto, torna-se necessário definir quais são as rendas e, em seguida, calcular o peso e o coeficiente de concentração de cada um dos seus componentes.

³ Os erros-padrão dos índices de concentração são obtidos através do procedimento de *bootstrap*, seguindo proposta de Kakwani, Wagstaff e Doorslaer (1997).

4.2 Categorias da renda domiciliar per capita

Para o cálculo do índice de Gini, a renda domiciliar *per capita* foi decomposta nas seis categorias, classificadas a seguir:

- Rendimento de todos os trabalhos do homem (principal, secundário e dos outros trabalhos). Na PNAD é a variável V4719 condicionada ao gênero masculino;
- Rendimento de todos os trabalhos da mulher (principal, secundário e dos outros trabalhos). Na PNAD é a variável V4719 condicionada ao gênero feminino;
- Rendimento da previdência pública. Estão incluídas nesta categoria as aposentadorias e pensões de institutos de previdência ou do governo federal que recebia, normalmente, no mês de referência, incluindo outros tipos de aposentadorias e outros tipos de pensão, variáveis V1252 e V1255. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) também faz parte desta renda. Todas as rendas na variável V1273 iguais a 1 (um) salário mínimo foram consideradas como provenientes do BPC;
- Rendimento da previdência privada. Foram incluídas nesta categoria as aposentadorias e pensões privadas, incluindo pensão alimentícia que recebia normalmente no mês de referência. Na PNAD são as variáveis V1258 e V1261;
- Renda do Programa Bolsa Família (PBF). Como a PNAD não discrimina os rendimentos desta última fonte, foi utilizado o método dos valores típicos para a identificação dos beneficiários e das transferências do PBF. Foram considerados domicílios beneficiários do PBF todos aqueles cuja soma da variável V1273 dos seus membros – depois de subtrair o BPC – era maior do que 0 e menor ou igual ao valor máximo pago pelo PBF a cada ano (SOARES *et al.*, 2010; SOUZA, 2013). De 2004 a 2006, o valor máximo foi de R\$ 155,00⁴, o que corresponde à soma de todas as transferências existentes naquele momento. Em 2007, 2008 e 2009, o máximo foi de R\$ 172,00, R\$ 182,00 e R\$ 200,00, respectivamente. Em 2011 e 2012, o teto passou a ser de R\$ 306,00.

⁴ Quando o PBF unificou todos esses benefícios, o teto passou a ser de R\$ 95,00. Entretanto, se a família recebia mais de R\$ 95,00 antes da unificação, o valor previamente recebido não seria alterado. Como consequência, para este trabalho, o valor máximo considerado será de R\$ 155,00 (valor máximo antes da unificação).

- Outras rendas. Nesta categoria encontra-se o restante das rendas: abono de permanência (V1264), aluguéis (V1267), doações de outro domicílio (V1270) e rendas calculadas a partir da variável V1273 – não referentes à renda oriunda do Bolsa Família nem da previdência pública (via BPC).

4.3 Decomposição do índice de Gini segundo Kakwani, Wagstaff e Doorslaer (1997)

Suponha que y_i seja o rendimento domiciliar *per capita* da i -ésima pessoa em uma população de n pessoas, de maneira que y_i seja formado por k parcelas não-negativas, temos que:

$$y_i = \sum_{h=1}^k y_{hi} \quad (1)$$

Onde, $y_1 < y_2 < \dots < y_n$. Portanto, i é a posição de ordem do rendimento y_i . Assumindo que μ seja a média de y_i e μ_h a média da h -ésima parcela de y_i , então, a participação de μ_h na renda total é:

$$\varphi_h = \frac{\mu_h}{\mu} \quad (2)$$

O índice de Gini é formado a partir da Curva de Lorenz, a qual demonstra como a proporção acumulada da renda, eixo horizontal, varia conforme a proporção acumulada da população, eixo das ordenadas. Assim, tem-se uma curva que começa em (0,0) e termina em (100,100).

Se chamarmos de β a área entre a curva de Lorenz e o eixo horizontal, então o índice de Gini será:

$$G = 1 - 2\beta, \text{ com } 0 \leq G < 1 \quad (3)$$

Segundo Soares (2006), a curva de concentração é análoga à curva de Lorenz, isto é, representa a proporção acumulada dos y_{hi} variando em função da proporção acumulada da população. Entretanto, a curva de concentração é não-decrescente, enquanto a curva de Lorenz é sempre crescente. Além disso, a curva de concentração tem a possibilidade de situar-se acima da reta da igualdade perfeita (o bissetor do primeiro quadrante), já que a renda k acumulada pode ser maior que a população acumulada.

O índice de concentração é formado a partir da curva de concentração, assim como o índice de Gini é formado a partir da curva de Lorenz:

$$C_h = 1 - 2\beta_h, \text{ com } -1 < C_h < 1 \quad (4)$$

Sabendo que a participação da h -ésima parcela na renda total é igual a φ_h definido em (2), então, pode-se evidenciar que o índice de Gini é uma média ponderada dos índices de concentração das k parcelas:

$$G = \sum_{h=1}^k \varphi_h C_h \quad (5)$$

Isto significa que o índice de Gini pode ser decomposto em k parcelas do rendimento.

4.4 Decomposição da mudança no índice de Gini por efeito-composição e efeito-concentração

Suponha agora que a decomposição do índice de Gini seja feita em dois anos diferentes, indicados pelos índices 1 e 2. Logo:

$$G_1 = \sum_{h=1}^k \varphi_{1h} C_{1h} \quad (6)$$

$$G_2 = \sum_{h=1}^k \varphi_{2h} C_{2h} \quad (7)$$

Então, a variação no índice de Gini entre os dois anos será dada por:

$$\Delta G = G_2 - G_1 = \sum_{h=1}^k (\varphi_{2h} C_{2h} - \varphi_{1h} C_{1h}) \quad (8)$$

Somando e subtraindo $\varphi_{1h} C_{2h}$ e fatorando, obtém-se:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_{2h} \Delta \varphi_h + \varphi_{1h} \Delta C_h), \quad (9)$$

Onde, $\Delta \varphi_h = \varphi_{2h} - \varphi_{1h}$ e $\Delta C_h = C_{2h} - C_{1h}$.

Alternativamente, somando e subtraindo (8) por $\varphi_{2h} C_{1h}$ e fatorando, obtém-se:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_{1h} \Delta \varphi_h + \varphi_{2h} \Delta C_h) \quad (10)$$

Para não ter que escolher arbitrariamente uma das formas de decompor, utiliza-se a média aritmética das duas:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_h^* \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h) \quad (11)$$

$$\text{Onde, } C_h^* = \frac{1}{2} (C_{1h} + C_{2h}) \text{ e } \varphi_h^* = \frac{1}{2} (\varphi_{1h} + \varphi_{2h}).$$

Na expressão (11), o aumento na participação de uma parcela do rendimento ($\Delta \varphi_h > 0$) só contribui para reduzir o índice de Gini se o respectivo índice de concentração (C_h^*) for negativo.

Chamando de G^* a média dos índices de Gini nos dois anos, então:

$$\sum_{h=1}^k G^* \Delta \varphi_h = G^* \sum_{h=1}^k (\varphi_{2h} - \varphi_{1h}) = 0 \quad (12)$$

Subtraindo (12) do segundo membro de (11), obtém-se:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k [(C_h^* - G^*) \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h] \quad (13)$$

A expressão (13) é mais correta do que a (11) em termos econômicos, pois, nela, a contribuição para diminuir o índice de Gini quando há um aumento da participação de uma parcela ($\Delta \varphi_h > 0$) dependerá se o índice de Concentração dessa parcela for menor do que o índice de Gini ($C_h^* < G^*$).

Assumindo (13) como a decomposição da mudança no índice de Gini, a contribuição total da h-ésima parcela do rendimento para essa mudança é:

$$(\Delta G)_h = (C_h^* - G^*) \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h \quad (14)$$

Conforme Soares (2006) pode-se decompor a mudança no índice de Gini segundo um efeito associado à mudança no peso de cada parcela na renda, que denominaremos efeito-composição, e um efeito associado à mudança nos índices de concentração, o efeito-concentração.

O efeito-composição da h-ésima parcela é

$$(C_h^* - G^*) \Delta \varphi_h \quad (15)$$

O efeito-concentração total é

$$\sum_{h=1}^k (C_h^* - G^*) \Delta \varphi_h \quad (16)$$

O efeito-concentração da h-ésima parcela é

$$\varphi_h^* \Delta C_h \quad (17)$$

O efeito-concentração total é

$$\sum_{h=1}^k \varphi_h^* \Delta C_h \quad (18)$$

A metodologia aqui apresentada permitirá avaliar a contribuição de cada parcela do rendimento na determinação da desigualdade do rendimento domiciliar *per capita* no Brasil, focando no papel dos rendimentos do trabalho da mulher.

4.5 Base de dados

Os dados do estudo são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2004 a 2012, exceto pelo ano de 2010 que não houve a pesquisa devido à realização do Censo Demográfico.

A PNAD é uma pesquisa anual, com desenho de amostragem complexa e que necessita de um tratamento de inferência que leve em conta estas características. Portanto, foi necessário conhecer em qual estrato e em qual unidade primária amostral (PSU) estava localizado o domicílio da amostra. De posse deste conhecimento, foi possível não somente estimar os índices de concentração (estimativas de ponto), como também os intervalos de confiança para os indicadores.

No referente à metodologia para a construção da domicílio, é importante destacar que foram considerados todos os parentes do chefe do domicílio e que foram excluídos os pensionistas, as empregadas domésticas e seus parentes. Por sua vez, para o cálculo da renda domiciliar *per capita*, considerou-se a soma dos rendimentos mensais de todas as fontes, de pessoas de 10 anos ou mais de idade no domicílio, divididas pelo número de componentes do domicílio.

Por fim, destaca-se que foram considerados apenas os domicílios com renda domiciliar *per capita* maior que zero e que todos os cálculos foram feitos usando os pesos das pessoas fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados os resultados referentes à decomposição da recente queda da desigualdade de renda brasileira conforme parcelas do rendimento, focando no papel dos rendimentos do trabalho da mulher. A estatística descritiva das rendas *per capita* utilizadas serão apresentadas no subcapítulo 5.1. A decomposição do índice de Gini para o Brasil no período 2004-2012 será apresentada no subcapítulo 5.2. Como existem disparidades consideráveis dentro do país, a desigualdade será estudada também em cada região brasileira: Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte no subcapítulo 5.3.

5.1 Estatística descritiva das rendas *per capita*

Como mencionado na metodologia, a renda domiciliar *per capita* foi decomposta nas categorias: trabalho do homem, trabalho da mulher, previdência pública, previdência privada, Bolsa Família e outras. A Tabela 1 descreve as estatísticas descritivas (média, desvio-padrão, mínimo e máximo) relacionadas a cada uma das categorias para os anos compreendidos entre 2004 e 2012.

Através da tabela pode-se observar que a média da renda *per capita* do trabalho da mulher apresentou uma tendência de crescimento ao longo do período, passando de R\$ 28,83 (em 2004) para R\$ 83,85 (em 2012), porém com valores ainda abaixo da média da renda *per capita* do trabalho do homem (R\$ 61,15, em 2004, e R\$ 161,79, em 2012). A média da renda *per capita* da previdência pública também apresentou uma trajetória crescente, passando de R\$ 28,81, em 2004, para R\$ 75,48, em 2012, enquanto que as médias da previdência privada, Bolsa Família e outras rendas foram muito baixas no período, variando de R\$ 2,08, R\$ 0,58 e R\$ 5,03, em 2004, para R\$ 4,13, R\$ 2,08 e R\$ 9,51, e, 2012, respectivamente. Sobre os valores mínimos e máximos observados, o cenário permanece igual ao observado na média, com os homens apresentando valores superiores ao das mulheres (máximo de R\$ 175.000,00, em 2012, contra R\$ 125.000,00, em 2011, das mulheres).

Tabela 1 – Estatística descritiva das rendas *per capita* utilizadas (R\$). Brasil, 2004-2012

Estatísticas	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Trabalho do Homem								
Média	61,15	67,59	84,65	93,81	96,44	112,95	138,34	161,79
Desvio-padrão	293,37	324,99	399,87	434,19	485,11	520,64	602,50	973,12
Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máximo	46.000	50.000	60.000	60.000	85.000	75.000	100.000	175.000
Trabalho da Mulher								
Média	28,83	32,66	42,43	46,78	48,75	57,79	74,51	83,85
Desvio-padrão	166,78	208,16	283,00	258,65	287,66	337,71	474,88	432,07
Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máximo	13.100	24.000	100.000	50.000	31.000	93.333	125.000	73.333
Previdência Pública								
Média	28,81	32,05	38,99	42,85	45,83	55,33	66,47	75,48
Desvio-padrão	205,44	195,42	221,94	248,45	285,67	305,16	360,10	372,25
Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máximo	20.000	11.600	23.000	23.200	27.000	25.000	26.300	25.500
Previdência Privada								
Média	2,08	2,57	2,79	3,02	2,72	3,38	3,82	4,13
Desvio-padrão	60,83	61,73	61,66	71,12	56,60	76,14	87,68	101,66
Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máximo	12.000	9.643	16.000	12.000	9.000	15.000	19.000	20.000
Bolsa Família								
Média	0,58	0,56	0,83	0,73	1,15	1,20	1,78	2,08
Desvio-padrão	3,51	3,55	4,35	4,19	5,54	6,12	8,12	9,43
Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máximo	150	150	151	170	166	200	300	300
Outras Rendas								
Média	5,03	5,98	7,05	5,78	6,47	6,71	6,10	9,51
Desvio-padrão	92,30	102,74	120,01	97,70	132,25	113,20	123,83	490,19
Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máximo	15.000	14.750	23.000	20.000	40.030	50.000	18.700	150.000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

5.2 Decomposição do índice de Gini para o Brasil no período 2004-2012

Conforme mencionado na metodologia, o índice de Gini foi calculado segundo a metodologia proposta por Kakwani, Wagstaff, Doorslaer (1997), onde inicialmente os indivíduos são ranqueados de acordo com a sua renda domiciliar *per capita* para, em seguida, calcular a razão de concentração desta renda. Essa metodologia fornece os erros-padrão, permitindo assim testar se a recente redução da desigualdade de renda *per capita* observada no Brasil nos últimos anos é estatisticamente significativa.

A Tabela 2 apresenta os valores do índice de Gini para o Brasil no período de 2004 a 2012. Os valores indicam que o índice de Gini passou de 0,5730 (2004) para 0,5227 (2012),

evidenciando uma diminuição de 8,78% na concentração da renda domiciliar *per capita*. É possível observar que alguns anos apresentam sobreposição dos intervalos de confiança de 95% (2004 e 2005, 2007 e 2008, 2011 e 2012), indicando que a redução da disparidade observada entre esses anos não é estatisticamente significativa. Contudo, analisando para o período todo (2004-2012) é possível afirmar que houve uma redução significativa da desigualdade da renda domiciliar *per capita*.

Tabela 2 – Índice de Gini para o Brasil entre os anos 2004-2012

Ano	Índice de Gini	Erros-padrão	Intervalo de confiança ¹
2004	0,5730	0,0014	[0,5703; 0,5756]
2005	0,5691	0,0013	[0,5665; 0,5717]
2006	0,5576	0,0009	[0,5558; 0,5595]
2007	0,5484	0,0009	[0,5465; 0,5502]
2008	0,5470	0,0014	[0,5443; 0,5498]
2009	0,5355	0,0010	[0,5335; 0,5376]
2011	0,5241	0,0010	[0,5221; 0,5261]
2012	0,5227	0,0016	[0,5196; 0,5258]

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Nota: ¹ Nível de confiança de 95%.

Como explicitado anteriormente, o índice de Gini é uma soma ponderada dos coeficientes de concentração, cujos pesos são as participações de cada fonte de renda na renda total. Portanto, torna-se necessário calcular a participação e o coeficiente de concentração de cada uma das rendas: i) Trabalho do homem; ii) Trabalho da mulher; iii) Previdência pública; iv) Previdência privada; v) Bolsa Família e; vi) Outras Rendas.

A Tabela 3 apresenta a participação de cada componente na renda domiciliar *per capita* no período 2004-2012. A renda proveniente do trabalho do homem é a parcela que tem a maior participação na renda domiciliar *per capita*, correspondendo em média 51,39% em todo o período estudado. Em seguida vêm os rendimentos advindos do trabalho da mulher responsáveis, em média, por 24,91% da participação total, representando um pouco mais do que a parcela da componente previdência pública, a qual corresponde, em média, por 18,85%. Percebe-se, todavia, que os rendimentos do trabalho da mulher apresentaram um aumento na participação de 10,92%, enquanto os rendimentos do trabalho do homem apresentaram uma variação negativa de 2,34%. Estes resultados corroboram os achados de Hoffmann e Leone

(2004) que, com metodologia similar, no entanto abrangendo um período diferente (1981-2002), afirmam que houve uma diminuição da participação dos rendimentos do trabalho do homem em detrimento de um aumento da participação da renda do trabalho da mulher. Em números, os autores encontraram uma redução de 69,6%, em 1981, para 53,6%, em 2002, para o componente da renda do trabalho dos homens, e para a renda do trabalho da mulher um aumento de 15,7%, em 1981, para 23,8%, em 2002.

Tabela 3 – Participação dos componentes (φ_h) na renda domiciliar *per capita* (%). Brasil, 2004-2012

Componentes/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Trabalho do homem	52,21	51,34	51,29	52,01	51,16	50,92	51,18	50,99
Trabalho da mulher	23,49	23,69	24,66	25,00	24,96	25,30	26,17	26,05
Previdência pública	18,91	19,20	18,54	18,44	19,04	19,36	18,74	18,57
Previdência privada	1,55	1,73	1,51	1,43	1,29	1,31	1,21	1,13
Bolsa Família	0,67	0,59	0,69	0,57	0,87	0,75	0,92	0,90
Outras Rendas	3,18	3,45	3,31	2,55	2,68	2,36	1,79	2,36

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Outro componente da renda domiciliar *per capita* que apresentou uma trajetória de crescimento de sua participação foi a renda oriunda do Programa Bolsa Família (de 0,67% para 0,90%). Este aumento expressivo do componente Bolsa Família – superior a 30% - está relacionado à ampliação que houve nas transferências diretas de renda com condicionalidades durante os governos Lula e Dilma, na tentativa de reduzir a pobreza a curto e a longo prazos através da quebra do ciclo geracional da pobreza. Por fim, as parcelas previdência pública e previdência privada apresentaram contrações na participação na renda domiciliar *per capita* de 1,77% e de 26,88%, respectivamente, enquanto o componente outras rendas apresentou uma variação negativa de 25,82%.

5.2.1 Evolução da desigualdade dos componentes da renda domiciliar *per capita*

Para avaliar a evolução da desigualdade dos componentes da renda domiciliar *per capita* no período 2004-2012, deve-se observar se o índice de concentração de um componente de renda é maior que o índice de Gini total, pois, assim, pode-se concluir que ele tem um caráter regressivo, ou seja, que ele contribui para ampliar a desigualdade de renda. Caso contrário, se o índice de concentração da componente estiver abaixo do índice de Gini total, diz-se que o componente tem um caráter progressivo. É importante destacar que os índices de concentração podem variar de -1 a 1 e quanto mais próximo de -1 significa que a fonte de renda está sendo apropriada pelos indivíduos mais pobres na distribuição, e quanto mais próximo de 1 indica que a fonte da renda está concentrada nos indivíduos mais ricos.

Conforme o Gráfico 5, a parcela de outras rendas – que inclui a renda de aluguéis, doações, abonos, juros e dividendos – encontra-se acima do índice de Gini, significando que contribui de maneira significativa para ampliar a desigualdade. Já a parcela proveniente do Programa Bolsa Família é a única que está notavelmente abaixo, ou seja, que tem caráter progressivo.

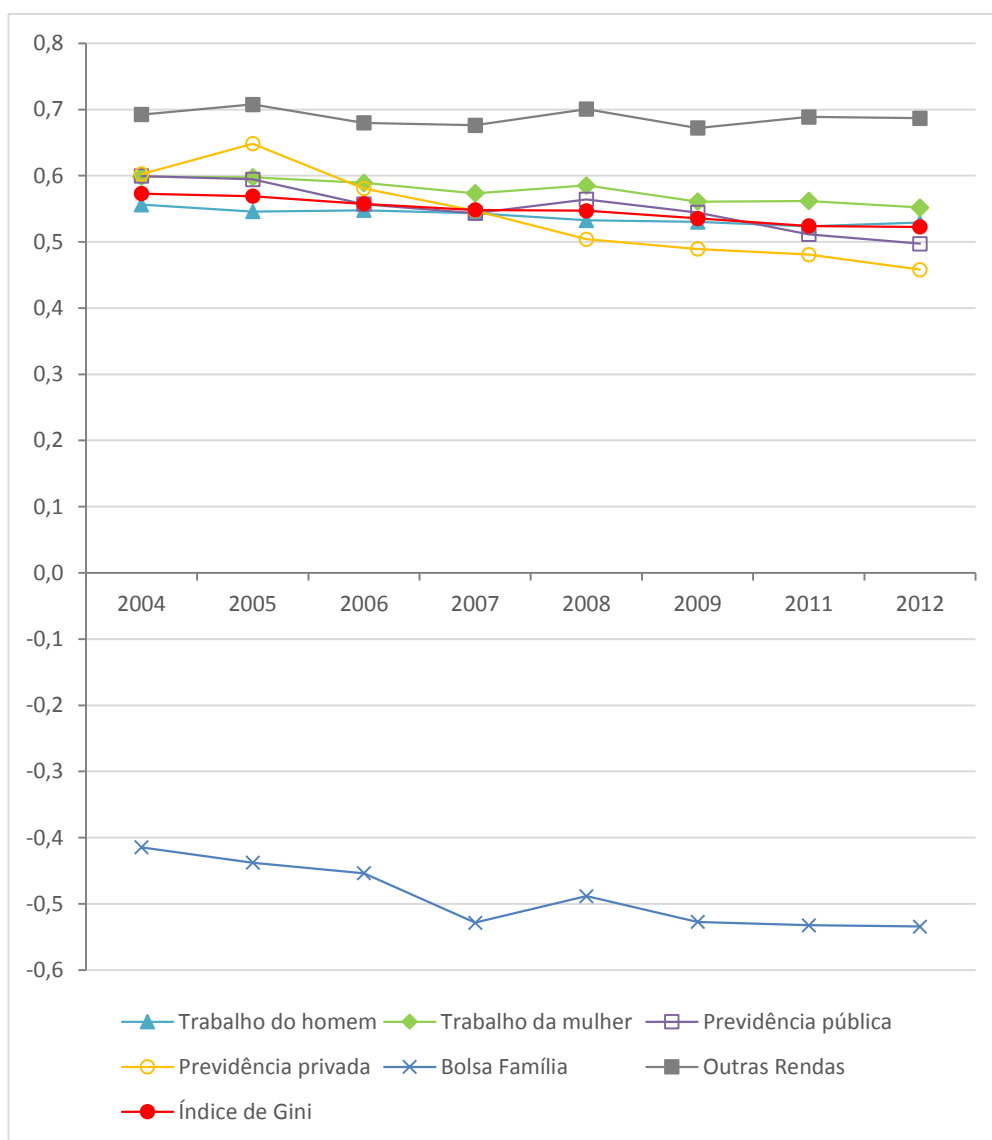
Por sua vez, as rendas provenientes do trabalho estão bem próximas ao índice de Gini, contudo, a renda do trabalho do homem está ligeiramente abaixo em todo o período, com exceção do ano de 2012. Logo, pode-se classificá-la como pouco progressiva, enquanto que a renda do trabalho da mulher se situa num patamar levemente acima, mostrando-se ser uma renda pouco regressiva.

Os resultados encontrados neste estudo estão em consonância com os achados de Hoffmann e Leone (2004) para o período de 1981 a 2002 em relação ao coeficiente de concentração do rendimento do trabalho dos homens e das mulheres. Sobre o coeficiente de concentração do rendimento dos homens, os autores observaram que o mesmo oscila paralelamente ao índice de Gini, permanecendo sempre em nível um pouco mais baixo e, em relação ao coeficiente de concentração do rendimento do trabalho de mulheres, o mesmo permaneceu sempre acima do índice de Gini.

As parcelas previdência pública e previdência privada não apresentaram um comportamento único. Em alguns momentos a concentração é maior que o índice de Gini e

em outros momentos é menor. Portanto, não há como classificá-las em regressivas ou progressivas neste período estudado.

Gráfico 5 – Evolução do índice de Gini e dos índices de concentração dos seis componentes da renda domiciliar *per capita*. Brasil, 2004-2012



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Na Tabela 4 são apresentados os valores dos índices de concentração dos componentes de renda. Os resultados corroboram que a parcela denominada outras rendas é a mais desigual (0,6881 na média no período) dentre os componentes analisados. Este componente sofreu uma variação negativa de 0,79% no período, no entanto, segundo a Tabela

5, que traz os intervalos de confiança dos índices de concentração, essa variação não foi estatisticamente significativa, pois os intervalos de confiança estão sobrepostos. Possivelmente, isto se deve ao fato de ter havido muitas oscilações no período.

Tabela 4 – Índices de concentração (C_h) dos componentes da renda. Brasil, 2004-2012

Componentes/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Índice de Gini	0,5730	0,5691	0,5576	0,5484	0,5470	0,5355	0,5241	0,5227
Trabalho do homem	0,5564 (0,0039)	0,5460 (0,0037)	0,5477 (0,0025)	0,5435 (0,0026)	0,5326 (0,0040)	0,5301 (0,0027)	0,5236 (0,0027)	0,5295 (0,0040)
Trabalho da mulher	0,5986 (0,0040)	0,5977 (0,0044)	0,5892 (0,0033)	0,5736 (0,0029)	0,5854 (0,0044)	0,5609 (0,0036)	0,5618 (0,0035)	0,5520 (0,0033)
Previdência pública	0,5997 (0,0062)	0,5944 (0,0055)	0,5570 (0,0038)	0,5435 (0,0041)	0,5643 (0,0058)	0,5444 (0,0039)	0,5116 (0,0043)	0,4972 (0,0040)
Previdência privada	0,6024 (0,0249)	0,6485 (0,0189)	0,5806 (0,0139)	0,5472 (0,0170)	0,5040 (0,0223)	0,4893 (0,0162)	0,4807 (0,0175)	0,4581 (0,0200)
Bolsa Família	-0,4145 (0,0070)	-0,4377 (0,0070)	-0,4538 (0,0039)	-0,5284 (0,0039)	-0,4884 (0,0042)	-0,5273 (0,0036)	-0,5323 (0,0030)	-0,5343 (0,0029)
Outras Rendas	0,6925 (0,0137)	0,7076 (0,0123)	0,6798 (0,0089)	0,6762 (0,0091)	0,7006 (0,0137)	0,6721 (0,0109)	0,6887 (0,0111)	0,6870 (0,0309)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Nota: Os dados entre parênteses correspondem aos erros-padrão.

Em segundo lugar como a parcela da renda mais desigual, encontra-se a renda do trabalho da mulher, a qual corresponde um índice de 0,5774 na média, com uma redução de 7,79%, estatisticamente significante (segundo a Tabela 5). Assim, pode-se afirmar que esta renda realmente sofreu uma redução no grau de desigualdade entre 2004 e 2012, destacando a redução entre os anos 2006-2007 (de 0,5892 para 0,5736) e 2008-2009 (de 0,5854 para 0,5609), consideradas estatisticamente significantes. As reduções e aumentos de desigualdade entre os demais anos não foram consideradas estatisticamente significativas.

No que tange a evolução da disparidade dos rendimentos do trabalho do homem, a média do índice foi de 0,5387, tendo passado de 0,5564 para 0,5295 (redução de 4,83%), indicando que esse rendimento tornou-se menos concentrado. Apesar dos intervalos de confiança da Tabela 5 estarem sobrepostos na análise ano a ano, ou seja, não apresentarem significância estatística, na análise para a década a redução da desigualdade desta renda se comprova estatisticamente.

As parcelas previdência pública e previdência privada, com médias de 0,5515 e 0,5389, respectivamente, apresentaram reduções significativas da concentração no período 2004-2012, de 17,09% e 23,97%, nesta ordem, apesar de alguns anos apresentarem aumentos. Por último, a parcela da renda proveniente do Programa Bolsa Família apresentou desconcentração, podendo ser um forte fator para a redução da desigualdade de renda, cujo índice de concentração sofreu uma baixa de 28,90%, passando de -0,4145, em 2004, para -0,5343, em 2012, com uma média de -0,4896 no período.

Tabela 5 – Intervalo de confiança de 95% dos índices de concentração dos componentes de renda no período 2004 a 2012

Ano	Trabalho do homem	Trabalho da mulher	Previdência pública	Previdência privada	Bolsa Família	Outras Rendas
2004	[0,5488; 0,5639]	[0,5908; 0,6063]	[0,5876; 0,6117]	[0,5536; 0,6513]	[-0,4282; -0,4008]	[0,6656; 0,7193]
2005	[0,5388; 0,5531]	[0,5890; 0,6064]	[0,5836; 0,6052]	[0,6114; 0,6856]	[-0,4514; -0,4240]	[0,6835; 0,7317]
2006	[0,5428; 0,5526]	[0,5828; 0,5956]	[0,5496; 0,5644]	[0,5534; 0,6078]	[-0,4613; -0,4462]	[0,6622; 0,6973]
2007	[0,5385; 0,5486]	[0,5680; 0,5792]	[0,5354; 0,5516]	[0,5139; 0,5806]	[-0,5361; -0,5207]	[0,6583; 0,6940]
2008	[0,5247; 0,5405]	[0,5768; 0,5940]	[0,5529; 0,5758]	[0,4603; 0,5476]	[-0,4966; -0,4801]	[0,6737; 0,7275]
2009	[0,5249; 0,5353]	[0,5539; 0,5679]	[0,5368; 0,5521]	[0,4576; 0,5210]	[-0,5344; -0,5201]	[0,6508; 0,6934]
2011	[0,5183; 0,5288]	[0,5550; 0,5687]	[0,5032; 0,5200]	[0,4464; 0,5151]	[-0,5382; -0,5264]	[0,6670; 0,7104]
2012	[0,5217; 0,5373]	[0,5455; 0,5584]	[0,4893; 0,5050]	[0,4189; 0,4972]	[-0,5400; -0,5285]	[0,6265; 0,7475]

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

5.2.2 Decomposição do índice de Gini por componente de renda

O passo seguinte foi examinar a decomposição do índice de Gini por componente de renda para averiguar a contribuição de cada componente da renda sobre o grau de desigualdade total ou, em outras palavras, sobre a formação do índice de Gini. A Tabela 6 apresenta o índice de Gini como a soma dos índices de concentração dos componentes da renda ponderados pela participação de cada componente ($\sum_{h=1}^6 C_h \varphi_h$). Além disso, exibe, em termos percentuais, a contribuição de cada componente na formação do índice de Gini.

É possível verificar que a desigualdade do componente outras rendas não foi a que mais contribuiu para a disparidade da renda domiciliar *per capita*, pois, apesar de apresentar

um alto índice de concentração (em média de 0,6881, como pode ser visto na Tabela 4), possui uma participação muito pequena na renda (de 2,71%, como pode ser visto na Tabela 3). Em 2012, o índice de Gini foi de 0,5227, sendo que 0,0162 foi decorrente da renda outras, o equivalente a uma contribuição de 3,10%. A parcela mais responsável pela disparidade de renda é a do trabalho do homem, que responde por cerca de 51,65% da formação do índice de Gini em 2012 (0,2700 de 0,5227). Justifica-se este fato devido à alta participação deste componente na renda (em média de 51,39%), além de ter um índice de concentração alto (em média de 0,5387), mesmo não sendo o maior.

Tabela 6 – Decomposição do índice de Gini por componente de renda. Brasil, 2004 a 2012

Ano	Trabalho do homem		Trabalho da mulher		Previdência pública		Previdência privada		Bolsa Família		Outras Rendas		Índice de Gini
	$C_1\varphi_1$	%	$C_2\varphi_2$	%	$C_3\varphi_3$	%	$C_4\varphi_4$	%	$C_5\varphi_5$	%	$C_6\varphi_6$	%	
2004	0,2905	50,70	0,1406	24,54	0,1134	19,79	0,0093	1,63	-0,0028	-0,49	0,0220	3,84	0,5730
2005	0,2803	49,26	0,1416	24,88	0,1141	20,05	0,0112	1,97	-0,0026	-0,45	0,0244	4,29	0,5691
2006	0,2809	50,38	0,1453	26,05	0,1033	18,52	0,0087	1,57	-0,0031	-0,56	0,0225	4,04	0,5576
2007	0,2827	51,55	0,1434	26,15	0,1002	18,28	0,0078	1,43	-0,0030	-0,55	0,0173	3,15	0,5484
2008	0,2725	49,81	0,1461	26,71	0,1075	19,64	0,0065	1,19	-0,0043	-0,78	0,0188	3,44	0,5470
2009	0,2699	50,40	0,1419	26,50	0,1054	19,68	0,0064	1,19	-0,0039	-0,74	0,0159	2,96	0,5355
2011	0,2680	51,13	0,1470	28,05	0,0959	18,29	0,0058	1,11	-0,0049	-0,93	0,0123	2,35	0,5241
2012	0,2700	51,65	0,1438	27,51	0,0923	17,67	0,0052	0,99	-0,0048	-0,92	0,0162	3,10	0,5227

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Nota: $C_h\varphi_h$ denota a multiplicação do índice de concentração pela participação da h-ésima parcela da renda, onde $h = 1, 2, \dots, 6$.

A renda do trabalho da mulher ficou em segundo lugar em termos de contribuição para a desigualdade, com uma contribuição de 27,51% em 2012, representando um aumento de 2,97 pontos percentuais no período de 2004 a 2012. Isto se deve, principalmente, ao alto índice de concentração (em média de 0,5774), o qual se situa acima do índice de Gini e a uma participação relativamente alta (de 24,91%, em média). Em 2012, o índice de concentração chegou a 0,5520, enquanto o índice de Gini era 0,5227.

A parcela previdência pública tem a terceira maior contribuição para a disparidade de renda (0,0923 de 0,5227), correspondendo a 17,67% em 2012, a qual se manteve estável praticamente em todo o período. A parcela previdência privada contribui com uma pequena

parte da formação do índice de Gini e ainda apresentou contração no período, saindo de 1,63% em 2004 para 0,99% em 2012, representando uma queda de 0,64 pontos percentuais.

Por fim, a parcela da renda do Programa Bolsa Família foi a única a contribuir de maneira negativa no grau de desigualdade total em todo o período, indicando que a mesma colaborou para reduzir o índice de Gini. Em 2004, por exemplo, a renda do Programa Bolsa Família foi responsável pela redução do índice em 0,0028, enquanto em 2012 colaborou com a retração do índice em 0,0048. Isto reflete o aumento da participação deste componente na renda das famílias.

5.2.3 Decomposição da variação no valor absoluto do índice de Gini segundo efeito-composição e efeito-concentração

É possível saber se a redução no valor absoluto que ocorreu no índice de Gini de 0,0503 (passou de 0,5730 para 0,5227, como pode ser visto na Tabela 2) deveu-se às mudanças na composição (peso) de cada parcela na renda domiciliar *per capita* (efeito-composição) ou às alterações na concentração das mesmas (efeito-concentração).

A Tabela 7 apresenta a decomposição da variação no valor absoluto do índice de Gini segundo o efeito-composição e o efeito-concentração no período 2004-2012. Conforme os dados da Tabela 7, a renda da previdência pública, seguida da renda do trabalho do homem e da renda do trabalho da mulher foram as que mais contribuíram para a diminuição da desigualdade de renda, onde, juntas, somam mais de 87% da explicação da redução do índice de Gini de 0,0503. As contribuições decorrentes da renda do trabalho do homem e da mulher e das previdências pública e privada deveram-se ao efeito-concentração, 27,58%, 22,95%, 38,18% e 3,85%, respectivamente, pois suas participações na renda domiciliar ficaram praticamente estáveis no período. Já a componente outras colaborou mais pela mudança na composição da renda (2,31%) do que pela alteração na concentração (0,30%).

Por fim, a parcela do Programa Bolsa Família merece um destaque especial. Embora a sua participação na redução da desigualdade não tenha sido a maior, visto que alcançou a taxa de 6,48%, sua participação na renda do domicílio mudou muito, isto é, seu efeito-

composição foi de 4,60%, tornando-se, assim, um fator essencial na explicação da redução na desigualdade de renda, como apontado por Souza (2013).

Tabela 7 – Decomposição da variação no valor absoluto do índice de Gini segundo efeito-composição e efeito-concentração (%). Brasil, 2004-2012

Componentes	Efeito-composição	Efeito-concentração	Efeito Total
Trabalho do Homem	-0,12	27,58	27,46
Trabalho da Mulher	-1,40	22,95	21,55
Previdência pública	0,00	38,18	38,18
Previdência privada	-0,15	3,85	3,71
Bolsa Família	4,60	1,87	6,48
Outras Rendas	2,31	0,30	2,61
Total	5,26	94,74	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Fica evidente, com os resultados apresentados, a relevância do papel dos rendimentos do trabalho da mulher na redução da desigualdade de renda domiciliar, principalmente devido à mudança decorrente da desconcentração deste componente. A maior inserção da mulher no mercado de trabalho e as políticas públicas desenvolvidas recentemente podem ser apontadas como responsáveis pela melhora na desconcentração da renda domiciliar. Mesmo não sendo a principal parcela responsável pela redução da desigualdade de renda, deve-se levar em consideração que este componente ainda é bastante concentrado, e que, com as políticas de incentivo à participação feminina no mercado de trabalho, principalmente das mulheres menos favorecidas economicamente, e as políticas públicas que visem à redução da discriminação salarial, a tendência é que a mulheres passem a participar com uma parcela cada vez maior na composição da renda domiciliar.

5.3 Decomposição do índice de Gini para as macrorregiões brasileiras no período 2004-2012

Tendo em vista que o Brasil é uma país de dimensões continentais e com muita disparidade regional, faz-se necessária uma análise de decomposição da desigualdade para

cada região brasileira. Esta é uma das justificativas em que se baseia este estudo, por ser o primeiro a realizar uma investigação acerca da contribuição das diversas fontes de renda, entre estas, a renda do trabalho da mulher para a desigualdade no âmbito regional.

A Tabela 8 apresenta a distribuição percentual da população e da renda em cada região no período 2004 a 2012. O resultado mostra que a região Sudeste é a que engloba o maior número de pessoas (quase 40% da amostra) e é a que possui a maior parte da renda total (em média 50%). A região Nordeste fica em segundo lugar em termos de população da amostra, reunindo, em média, 30% da população e apenas 19% da renda. Por sua vez, a região Centro-Oeste é a menos populosa, abrangendo em torno de 6% das pessoas na amostra e retém quase 8% da renda.

As regiões Centro-Oeste e Sul tiveram variações positivas na população bastante significativas no período 2004-2012, de 77,62% e 65,14%, respectivamente. A região Sudeste teve um crescimento menor, de 12,07%. Já as regiões Norte e Nordeste apresentaram decréscimos de 48,93% e 15,64%.

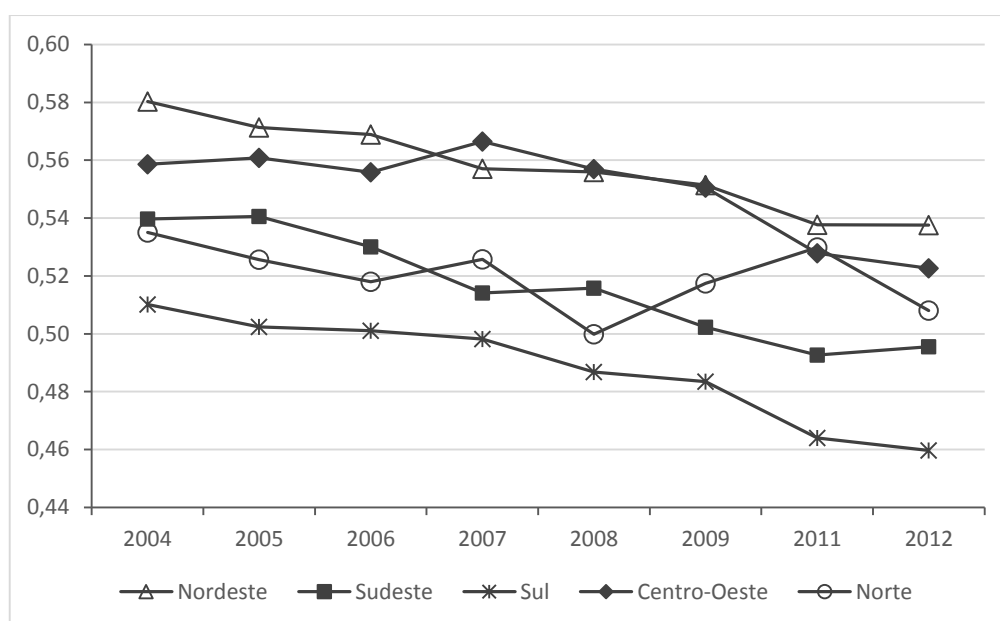
Tabela 8 – Distribuição da população e da renda (%). Regiões do Brasil, 2004-2012

Regiões/Ano	População							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Nordeste	33,45	33,22	28,12	28,18	33,46	28,25	27,93	28,22
Sudeste	36,71	36,88	41,69	41,48	36,22	41,35	41,32	41,14
Sul	8,75	8,66	14,63	14,68	8,74	14,55	14,64	14,45
Centro-Oeste	4,29	4,35	7,31	7,38	4,47	7,43	7,69	7,62
Norte	16,80	16,88	8,25	8,27	17,12	8,42	8,42	8,58
Regiões/Ano	Renda							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Nordeste	21,30	21,18	16,65	16,73	22,67	17,66	17,38	18,05
Sudeste	48,67	49,34	52,04	50,72	47,16	49,76	49,42	49,53
Sul	12,14	11,65	17,58	18,08	11,76	17,92	17,76	17,31
Centro-Oeste	5,50	5,65	8,32	8,92	6,06	8,90	9,59	9,37
Norte	12,40	12,18	5,42	5,55	12,35	5,76	5,84	5,73

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

O Gráfico 6 apresenta a evolução do índice de Gini segundo as macrorregiões brasileiras, no período de 2004 a 2012⁵. Pode-se perceber, através deste, que há uma atenuação da desigualdade da renda domiciliar *per capita* em todas as regiões. A região Nordeste é a mais desigual, com a curva que representa a evolução da concentração situando-se acima de todas as outras em quase todos os períodos, com exceção de 2007 e 2008, quando a região Centro-Oeste atinge valores maiores. As regiões Sudeste e Norte revezaram-se em terceiro lugar, com destaque para o ano de 2011 cuja concentração na região Norte ultrapassou até mesmo a da região Centro-oeste. Por fim, a desigualdade observada na região Sul foi a menor dentre todas as regiões, apresentando uma queda contínua desde 2004 e atingindo o seu menor índice: 0,4597.

Gráfico 6 – Índice de Gini. Regiões do Brasil, 2004-2012



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Em seguida, a Tabela 9 apresenta o progresso da participação de cada componente na renda domiciliar *per capita* segundo cada macrorregião brasileira. A renda proveniente do trabalho do homem é a parcela que tem a maior participação na renda domiciliar *per capita* em todas as regiões. Ao passo que no Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte apresentam, em média, participações de 50,89%, 52,31%, 55,08% e 57,04% neste componente,

⁵ Os valores dos índices de Gini para cada macrorregião brasileira, com seus respectivos erros-padrão, estão expostos no Apêndice B.

respectivamente, no Nordeste essa percentual é só de 47,76%, em média. Ademais, esta componente apresentou um decréscimo em todas as regiões de 4,31% (Nordeste), 1,96% (Sudeste), 7,25% (Sul), 2,83% (Centro-Oeste) e 9,78% (Norte).

A renda do trabalho da mulher fica em segundo lugar em termos de participação na renda domiciliar *per capita*. O Nordeste, mais uma vez, fica aquém das outras regiões, com uma média no período de 23,52%, enquanto que no Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte têm os percentuais de 25,31%, 24,63%, 26,45% 25,02%, respectivamente. Destaca-se que todas as regiões apresentaram crescimento desta renda no período, variando de 6,03% (Centro-Oeste) a 13,55% (Norte).

O Nordeste se destaca em relação à contribuição da componente previdência pública, a qual corresponde por 22,91% em média no período, ao passo que nas outras regiões varia em média de 19,31% (Sudeste), 18,18% (Sul), 13,58% (Centro-Oeste) e 13,00% (Norte). Todas as regiões apresentaram crescimento desta renda na ordem de 0,24% (Nordeste), 16,41% (Sul), 6,97% (Centro-Oeste) e 19,49% (Norte), exceto pela região Sudeste, a qual sofreu uma redução de 9,92%.

As componentes previdência privada e outras rendas representam muito pouco na renda do domicílio, tendo ainda reduzido a contribuição em todas as regiões no período analisado. Em média, a previdência privada contribui com 1,29% (Nordeste), 1,49% (Sudeste), 1,40% (Sul), 1,35% (Centro-Oeste) e 1,10% (Norte), tendo diminuído muito sua participação, em especial no Sul (em 40,34%) e no Norte (em 37,56%). No Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste as variações foram de -18,05%, -29,32% e -12,31%, respectivamente. A contribuição da componente outras varia, em média, entre 2,39% (Nordeste) e 3,16% (Sul).

A parcela do Programa Bolsa Família, como mostrado, apresentou um aumento no Brasil de 33,62%, com média de participação na renda do domicílio de 0,75%. Analisando no âmbito das regiões, a região Nordeste é a que apresenta a maior participação em todos os anos (média de 2,13%). Em segundo lugar fica o Norte, com média de 1,37%. Sudeste, Sul e Centro-Oeste têm em média apenas 0,31%, 0,32% e 0,46%, nesta ordem. Em termos de crescimento, o Norte surpreende com uma variação positiva de 142,28% e o Nordeste com 57,13%. O Sudeste exibe um aumento mais parecido com o Brasil de 36,41%, enquanto o Sul e o Centro-Oeste apresentam os menores percentuais, de 2,45% e 2,92%, respectivamente.

Tabela 9 – Participação dos componentes (φ_h) na renda domiciliar *per capita* (%). Regiões do Brasil, 2004-2012

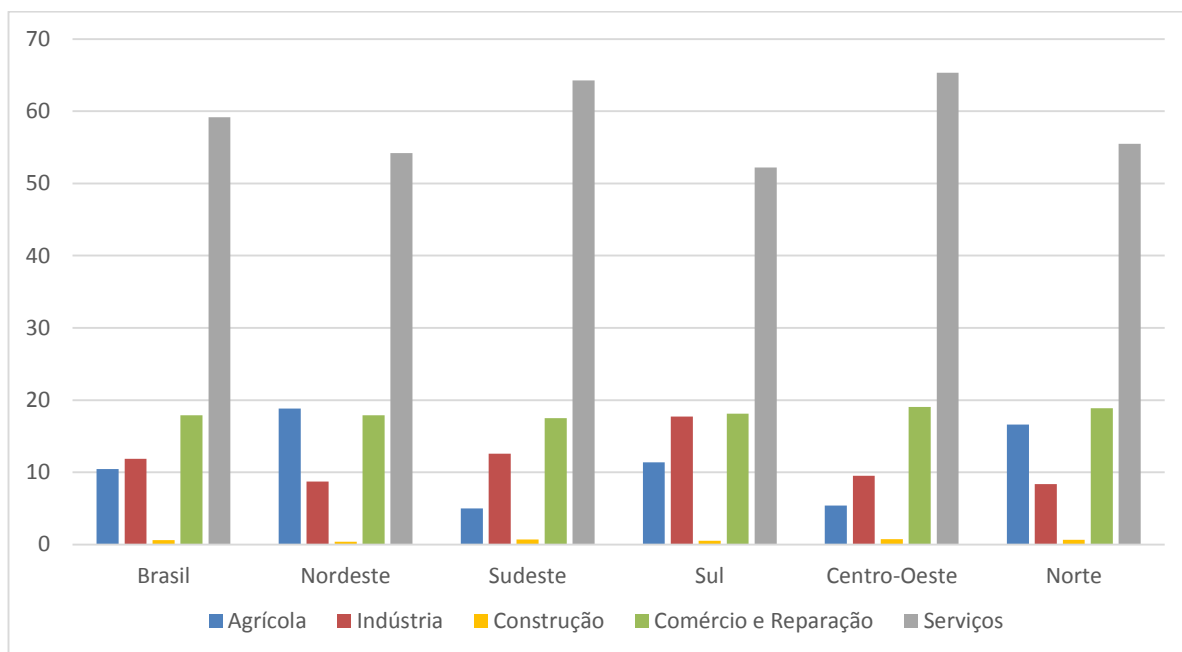
Componentes/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Nordeste								
Trabalho do Homem	48,77	48,49	47,67	48,25	48,41	47,06	46,79	46,67
Trabalho da Mulher	22,28	23,05	24,04	23,08	23,81	23,29	24,37	24,24
Previdência Pública	23,05	22,62	22,40	23,06	21,94	23,83	23,26	23,10
Previdência Privada	1,45	1,51	1,10	1,47	1,20	1,23	1,19	1,19
Bolsa Família	1,72	1,53	2,05	1,92	2,11	2,30	2,72	2,70
Outras Rendas	2,74	2,80	2,74	2,22	2,54	2,29	1,67	2,10
Sudeste								
Trabalho do Homem	50,57	49,96	51,06	51,80	50,38	50,55	51,28	51,56
Trabalho da Mulher	23,96	23,69	24,87	25,65	25,20	26,04	26,69	26,40
Previdência Pública	20,17	20,32	18,82	18,62	20,04	19,62	18,69	18,17
Previdência Privada	1,65	1,98	1,70	1,43	1,35	1,39	1,26	1,17
Bolsa Família	0,28	0,23	0,32	0,23	0,33	0,32	0,41	0,38
Outras Rendas	3,36	3,82	3,23	2,27	2,70	2,09	1,68	2,32
Sul								
Trabalho do Homem	54,91	52,90	51,82	52,77	51,32	52,14	51,72	50,93
Trabalho da Mulher	23,03	23,66	24,11	24,03	25,73	24,62	25,77	26,11
Previdência Pública	16,46	17,80	18,17	18,12	17,96	18,88	18,84	19,16
Previdência Privada	1,79	1,76	1,44	1,36	1,36	1,21	1,19	1,07
Bolsa Família	0,34	0,28	0,35	0,27	0,30	0,31	0,39	0,35
Outras Rendas	3,47	3,60	4,10	3,46	3,33	2,84	2,09	2,38
Centro-Oeste								
Trabalho do Homem	55,88	55,89	54,80	55,67	53,94	54,79	55,38	54,29
Trabalho da Mulher	25,98	25,78	25,82	26,19	26,60	26,25	27,45	27,54
Previdência Pública	12,58	13,34	13,88	12,96	14,61	14,08	13,70	13,45
Previdência Privada	1,39	1,52	1,33	1,64	1,27	1,38	1,08	1,22
Bolsa Família	0,50	0,29	0,64	0,27	0,39	0,48	0,57	0,51
Outras Rendas	3,68	3,19	3,54	3,28	3,20	3,01	1,83	2,98
Norte								
Trabalho do Homem	60,27	58,29	57,61	56,96	57,67	56,22	54,95	54,38
Trabalho da Mulher	23,04	23,87	24,54	26,06	24,57	25,74	26,17	26,16
Previdência Pública	12,03	12,79	12,32	12,65	13,09	13,12	13,63	14,38
Previdência Privada	1,15	1,12	1,38	1,18	1,16	0,98	1,09	0,72
Bolsa Família	0,82	0,84	1,22	1,12	1,47	1,49	2,03	2,00
Outras Rendas	2,68	3,08	2,92	2,03	2,04	2,45	2,13	2,37

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Para fazer um diagnóstico mais detalhado, verifica-se, através do Gráfico 7, a inserção das mulheres nas atividades agrícola, industrial, de construção civil, comércio e reparação, e serviços, segundo a região onde está situada, no ano de 2012. É notável que as mulheres ocupam prioritariamente o setor de serviços, com percentuais maiores no Centro-Oeste (65,31%) e no Sudeste (64,25%). As regiões Sul e Sudeste destacam-se pela empregabilidade no setor industrial (17,73% e 12,58%, respectivamente), enquanto no Nordeste e Norte do País o destaque é a elevada taxa de ocupação no setor agrícola, com

18,84% e 16,65% respectivamente. Por fim, no setor de construção civil predomina a participação masculina, com menos de 1% de mulheres empregadas em todas as regiões.

Gráfico 7 – Participação (%) da mulher por setor de atividade. Regiões do Brasil, 2012

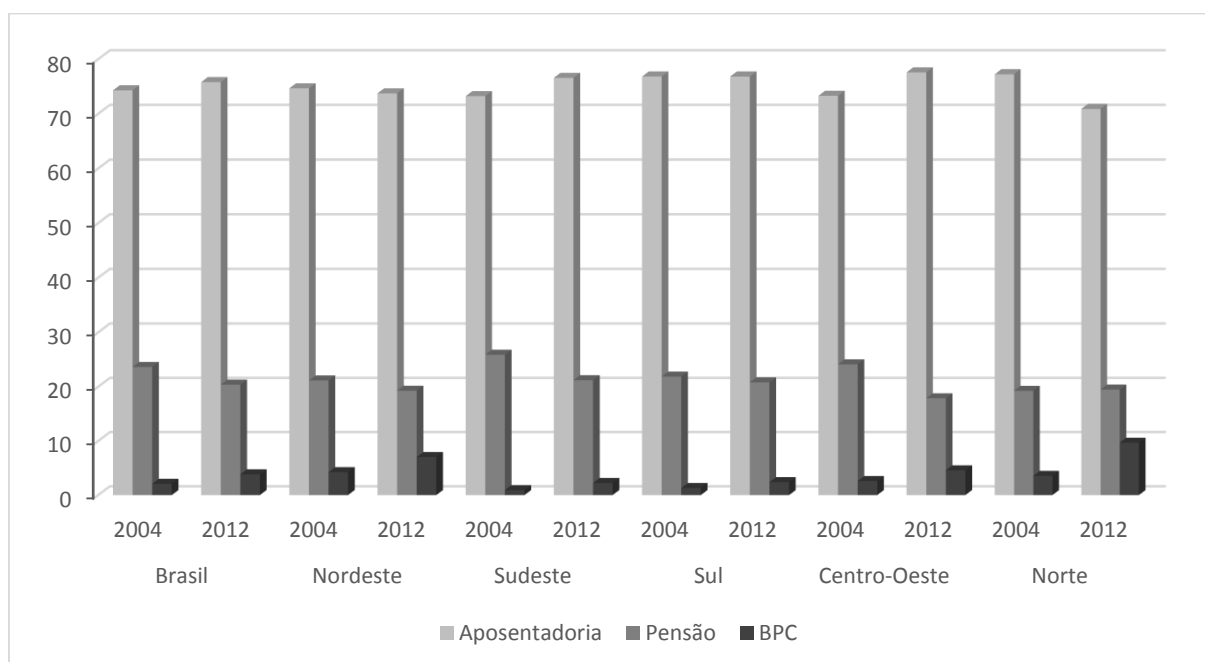


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Como a parcela previdência pública é composta pelas aposentadorias, pensões e pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), será feito um estudo mais pormenorizado da contribuição de cada um desses benefícios sobre a formação dessa renda nas regiões.

No Gráfico 8 é possível visualizar que as aposentadorias compõem a maior parte da parcela da renda previdência pública, seguida das pensões e do BPC. No Nordeste, as aposentadorias e as pensões perdem espaço em detrimento do aumento da participação do BPC de 4,21% para 7,02% (aumento de 66,67%), enquanto no Norte, o BPC passou de 3,55% para 9,66% (um acréscimo de 172,28%). Sobre as pensões, fica evidente sua maior participação na região Sudeste, representando 25,88%, em 2004 e 21,20%, em 2012, dos benefícios da previdência pública.

Gráfico 8 – Contribuição das aposentadorias, pensões e BPC na parcela previdência pública.
Regiões do Brasil, 2004 e 2012



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

5.3.1 Evolução da desigualdade dos componentes da renda domiciliar per capita

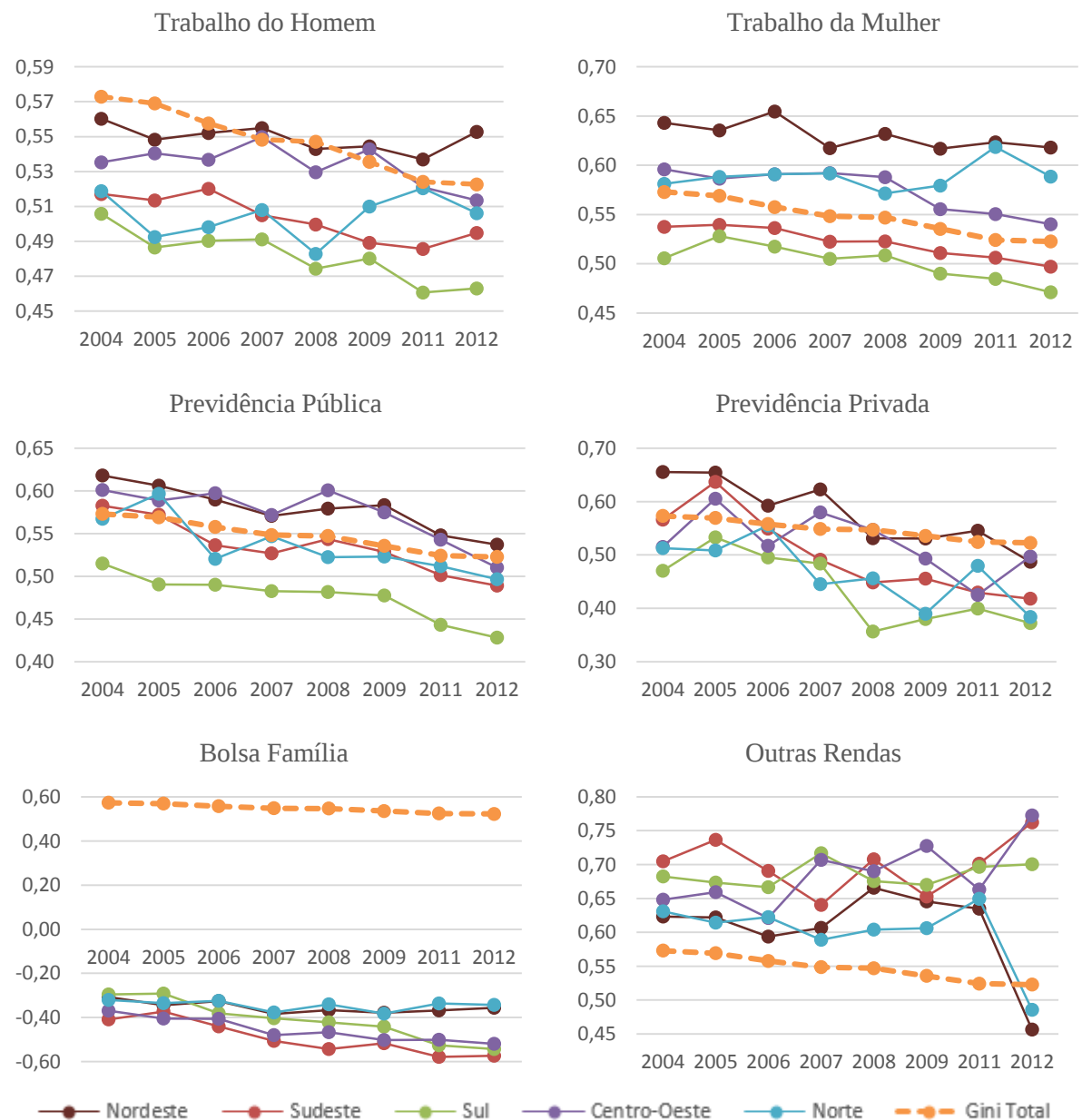
Neste subcapítulo, será avaliada a evolução da desigualdade dos componentes da renda domiciliar *per capita* no período 2004-2012 no contexto das macrorregiões brasileiras. Como anteriormente, deve-se observar se o índice de concentração de um componente de renda é maior que o índice de Gini total, pois, assim, pode-se concluir que ele tem um caráter regressivo, ou seja, que ele contribui para ampliar a desigualdade de renda. Caso contrário, se o índice de concentração da componente estiver abaixo do índice de Gini total, diz-se que o componente tem um caráter progressivo.

Para avaliar como varia a progressividade ou regressividade de cada componente, segundo cada região, o Gráfico 9 expõe a evolução dos índices de concentração (C_h) de cada componente da renda domiciliar *per capita*, segundo as macrorregiões do Brasil, no período 2004-2012, e o índice de Gini total.

A parcela renda do trabalho do homem se apresenta com caráter pouco progressivo nas regiões Sul, Sudeste e Norte. As regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentam momentos

abaixo e acima do índice de Gini, portanto o caráter é inconclusivo. Por sua vez, a renda do trabalho da mulher revela-se pouco progressiva no Sul e Sudeste, e pouco regressiva no Nordeste, Centro-Oeste e no Norte.

Gráfico 9 – Evolução dos índices de concentração (C_h) das componentes da renda domiciliar *per capita*. Regiões do Brasil, 2004-2012



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Sobre as componentes previdência pública e previdência privada, o Gráfico 9 mostra o comportamento pouco progressivo da previdência pública no Sul e Norte (com exceção do ano de 2005) e pouco regressivo no Nordeste e no Centro-Oeste. Já no Sudeste, apresenta-se com caráter pouco progressivo na maior parte do tempo, exceto no ano de 2005, no qual se mostra com caráter pouco regressivo. Sobre a componente previdência privada, sua trajetória apresenta-se pouco progressiva no Sul, Norte, Sudeste (com exceção do ano de 2005) e Centro-Oeste (com exceção dos anos de 2005 e 2007). No Nordeste, a evolução do índice de concentração da previdência privada não apresenta um comportamento único, visto que em alguns momentos a concentração é maior que o índice de Gini (2004 a 2007 e 2011) e, em outros momentos, é menor (2008, 2009 e 2012). Portanto, não há como classificá-la em regressiva ou progressiva neste período estudado.

A parcela do Programa Bolsa Família é a única em que todos os índices de concentração estão notavelmente abaixo do índice de Gini, ou seja, que tem caráter progressivo. Já a componente outras rendas – que inclui a renda de aluguéis, doações, abonos, juros e dividendos – está acima do índice de Gini em todas as regiões, exceto pelo ano de 2012, no qual Norte e Nordeste manifestam uma queda brusca. Portanto, significa que esta renda contribui de maneira significativa para ampliar a desigualdade, isto é, que tem caráter regressivo.

A Tabela 10 apresenta os valores dos índices de concentração dos componentes da renda domiciliar *per capita* por região. Os resultados corroboram que a parcela denominada outras rendas é a mais desigual, com exceção do Nordeste, onde fica em segundo lugar. Este componente sofreu variações negativas no Nordeste (26,80%), Sul (2,68%) e Norte (23,05%), enquanto no Sudeste e Centro-Oeste apresentou aumentos de 8,16% e 19,24%, respectivamente.

A componente renda do trabalho da mulher apresenta a segunda maior concentração no Sul, Centro-Oeste e Norte, ao passo que no Nordeste fica em primeiro lugar e no Sudeste se situa em terceiro lugar, perdendo para a previdência pública. Contudo, observa-se uma tendência em redução da concentração da renda do trabalho da mulher em todas as regiões.

No que tange a evolução da disparidade dos rendimentos do trabalho do homem, o índice sofreu reduções em todas as regiões, indicando que esse rendimento tornou-se menos concentrado. De forma similar, as parcelas previdência pública e previdência privada também

apresentaram reduções da concentração no período, apesar de alguns anos apresentarem aumentos.

Por último, a parcela da renda proveniente do Programa Bolsa Família apresentou forte desconcentração em todas as regiões, principalmente no Sul e Centro-Oeste, podendo ser um fator para a redução da desigualdade de renda.

Tabela 10 – Índices de concentração (C_h) das componentes da renda domiciliar *per capita*.
Regiões do Brasil, 2004-2012

Componentes/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Nordeste								
Trabalho do Homem	0,5603	0,5482	0,5521	0,5549	0,5430	0,5444	0,5370	0,5528
Trabalho da Mulher	0,6432	0,6354	0,6547	0,6176	0,6319	0,6168	0,6234	0,6180
Previdência Pública	0,6181	0,6059	0,5899	0,5705	0,5790	0,5832	0,5479	0,5369
Previdência Privada	0,6555	0,6542	0,5921	0,6227	0,5313	0,5304	0,5452	0,4868
Bolsa Família	-0,3075	-0,3442	-0,3260	-0,3833	-0,3666	-0,3780	-0,3678	-0,3564
Outras Rendas	0,6231	0,6220	0,5937	0,6066	0,6656	0,6456	0,6347	0,4562
Sudeste								
Trabalho do Homem	0,5171	0,5135	0,5202	0,5050	0,4996	0,4892	0,4857	0,4948
Trabalho da Mulher	0,5376	0,5396	0,5362	0,5225	0,5227	0,5109	0,5062	0,4971
Previdência Pública	0,5826	0,5721	0,5361	0,5267	0,5436	0,5284	0,5012	0,4890
Previdência Privada	0,5660	0,6367	0,5492	0,4908	0,4485	0,4556	0,4296	0,4180
Bolsa Família	-0,4085	-0,3730	-0,4406	-0,5063	-0,5435	-0,5162	-0,5783	-0,5737
Outras Rendas	0,7047	0,7364	0,6906	0,6405	0,7076	0,6528	0,7014	0,7622
Sul								
Trabalho do Homem	0,5059	0,4865	0,4904	0,4912	0,4743	0,4802	0,4607	0,4631
Trabalho da Mulher	0,5058	0,5281	0,5175	0,5049	0,5086	0,4901	0,4848	0,4712
Previdência Pública	0,5149	0,4905	0,4899	0,4824	0,4814	0,4775	0,4431	0,4281
Previdência Privada	0,4700	0,5330	0,4953	0,4838	0,3563	0,3795	0,3991	0,3724
Bolsa Família	-0,2950	-0,2922	-0,3816	-0,4035	-0,4223	-0,4416	-0,5261	-0,5432
Outras Rendas	0,6822	0,6735	0,6665	0,7167	0,6756	0,6702	0,6968	0,7005
Centro-Oeste								
Trabalho do Homem	0,5352	0,5405	0,5368	0,5497	0,5295	0,5428	0,5210	0,5135
Trabalho da Mulher	0,5959	0,5864	0,5909	0,5921	0,5880	0,5554	0,5504	0,5403
Previdência Pública	0,6008	0,5887	0,5973	0,5718	0,6006	0,5748	0,5427	0,5102
Previdência Privada	0,5147	0,6052	0,5172	0,5795	0,5470	0,4929	0,4249	0,4967
Bolsa Família	-0,3698	-0,4044	-0,4068	-0,4795	-0,4671	-0,5018	-0,5004	-0,5194
Outras Rendas	0,6479	0,6594	0,6210	0,7069	0,6902	0,7274	0,6630	0,7726
Norte								
Trabalho do Homem	0,5188	0,4924	0,4981	0,5081	0,4828	0,5100	0,5205	0,5061
Trabalho da Mulher	0,5812	0,5884	0,5908	0,5917	0,5716	0,5794	0,6185	0,5886
Previdência Pública	0,5671	0,5965	0,5205	0,5468	0,5225	0,5229	0,5117	0,4964
Previdência Privada	0,5128	0,5080	0,5553	0,4452	0,4558	0,3895	0,4793	0,3838
Bolsa Família	-0,3213	-0,3345	-0,3241	-0,3773	-0,3409	-0,3832	-0,3364	-0,3427
Outras Rendas	0,6308	0,6142	0,6226	0,5891	0,6038	0,6062	0,6495	0,4854

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

5.3.2 Decomposição do índice de Gini por componente de renda

O passo seguinte será examinar a decomposição do índice de Gini por componente de renda para averiguar a contribuição de cada componente da renda sobre o grau de desigualdade total em cada região ou, em outras palavras, sobre a formação do índice de Gini.

A Tabela 11 apresenta o índice de Gini como a soma dos índices de concentração dos componentes da renda ponderados pela participação de cada componente ($\sum_{h=1}^6 c_h \varphi_h$) em cada região. Além disso, exibe, em termos percentuais, a contribuição de cada componente na formação do índice de Gini regional.

A principal parcela responsável pela disparidade de renda em todas as regiões é a componente renda do trabalho do homem, que responde por cerca de 48% (Nordeste), 51% (Sudeste e Sul), 53% (Centro-Oeste) e 54% (Norte) da formação do índice de Gini em 2012. Justifica-se este fato devido à alta participação desta componente na renda, além de ter um índice de concentração alto, mesmo não sendo o maior. As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram acréscimos da contribuição da componente renda do trabalho do homem durante o período, enquanto no Sul, Centro-Oeste e Norte esta contribuição diminuiu.

A renda do trabalho da mulher alcançou o segundo lugar em termos de contribuição para a desigualdade em todas as regiões, com uma contribuição de 28% no Nordeste, 26% no Sudeste, 27% no Sul, 28% no Centro-Oeste e 30% no Norte em 2012, tendo apresentado um aumento no período em torno de 13%, 11%, 17%, 3% e 21%, respectivamente. Isto se deve, principalmente, ao alto índice de concentração da componente.

A parcela previdência pública tem a terceira maior contribuição para a disparidade de renda, cerca de 23% no Nordeste, 18% no Sudeste e no Sul, 13% no Centro-Oeste e 14% no Norte, em 2012, tendo apresentado reduções no Nordeste (6,02%), Sudeste (17,65%) e Centro-Oeste (2,92%), e aumentos no Sul (7,39%) e Norte (10,15%). A parcela previdência privada contribui com uma pequena parte da formação do índice de Gini em 2012, em torno de 1% no Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste e de 0,54% no Norte, e ainda apresentou contração no período.

A parcela da renda do Programa Bolsa Família foi a única que contribuiu para reduzir o grau de desigualdade total, haja vista o sinal negativo dos coeficientes (-0,0053 em 2004 e -0,0096 em 2012, no Nordeste). Por fim, é possível verificar que a desigualdade da componente outras rendas contribuiu pouco para a disparidade da renda domiciliar *per capita*,

pois, apesar de apresentar um alto índice de concentração, possui uma participação muito pequena na renda.

Tabela 11 – Decomposição do índice de Gini por componente de renda. Regiões do Brasil, 2004 e 2012

Componentes/Ano	2004		2012	
	$C_h\varphi_h$	%	$C_h\varphi_h$	%
Nordeste				
Trabalho do homem	0,2732	47,09	0,2580	48,00
Trabalho da mulher	0,1433	24,69	0,1498	27,86
Previdência pública	0,1425	24,55	0,1240	23,07
Previdência privada	0,0095	1,63	0,0058	1,07
Bolsa Família	-0,0053	-0,91	-0,0096	-1,79
Outras Rendas	0,0171	2,94	0,0096	1,78
Total	0,5802	100,00	0,5376	100,00
Sudeste				
Trabalho do homem	0,2615	48,45	0,2551	51,48
Trabalho da mulher	0,1288	23,87	0,1312	26,48
Previdência pública	0,1175	21,77	0,0888	17,93
Previdência privada	0,0094	1,74	0,0049	0,99
Bolsa Família	-0,0011	-0,21	-0,0022	-0,44
Outras Rendas	0,0237	4,39	0,0177	3,57
Total	0,5397	100,00	0,4956	100,00
Sul				
Trabalho do homem	0,2778	54,45	0,2359	51,31
Trabalho da mulher	0,1165	22,84	0,1230	26,76
Previdência pública	0,0848	16,62	0,0820	17,85
Previdência privada	0,0084	1,65	0,0040	0,86
Bolsa Família	-0,0010	-0,20	-0,0019	-0,41
Outras Rendas	0,0237	4,64	0,0167	3,63
Total	0,5101	100,00	0,4597	100,00
Centro-Oeste				
Trabalho do homem	0,2991	53,54	0,2788	53,34
Trabalho da mulher	0,1548	27,71	0,1488	28,47
Previdência pública	0,0756	13,53	0,0686	13,13
Previdência privada	0,0071	1,28	0,0060	1,16
Bolsa Família	-0,0018	-0,33	-0,0027	-0,51
Outras Rendas	0,0239	4,27	0,0230	4,40
Total	0,5586	100,00	0,5227	100,00
Norte				
Trabalho do homem	0,3127	58,45	0,2752	54,18
Trabalho da mulher	0,1339	25,03	0,1540	30,31
Previdência pública	0,0683	12,76	0,0714	14,05
Previdência privada	0,0059	1,11	0,0028	0,54
Bolsa Família	-0,0026	-0,49	-0,0068	-1,35
Outras Rendas	0,0169	3,16	0,0115	2,26
Total	0,5350	100,00	0,5080	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Nota: $C_h\varphi_h$ denota a multiplicação do índice de concentração pela participação da h-ésima parcela da renda, onde $h = 1, 2, \dots, 6$.

5.3.3 Decomposição da variação no valor absoluto do índice de Gini segundo efeito-composição e efeito-concentração

O próximo passo consiste em analisar como as mudanças na participação (efeito-composição) e na concentração (efeito-concentração) de cada parcela do rendimento contribuíram para diminuir o índice de Gini no período 2004-2012 em cada região. Como visto anteriormente, o índice de Gini reduziu na ordem de 0,03 no Norte, 0,04 no Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, e de 0,05 no Sul (Gráfico 6).

A Tabela 12 apresenta os resultados para a decomposição da variação no valor absoluto do índice de Gini, por região. Os resultados mostram que, no Centro-Oeste, as componentes renda do trabalho da mulher, seguida da renda do trabalho do homem e da previdência pública, foram as que mais contribuíram para a diminuição da desigualdade de renda.

Nas regiões Nordeste e Sudeste, a renda da previdência pública foi a que mais contribuiu para a redução da disparidade de renda (43,88% e 41,45%, respectivamente), todavia, estas regiões divergem quanto à segunda maior renda em termos de contribuição. Enquanto no Nordeste esse papel é exercido pelos rendimentos do Programa Bolsa Família (23,04%), no Sudeste é exercido pela renda do trabalho do homem (26,03%). Em terceiro lugar em termos de contribuição está a parcela renda do trabalho da mulher, com 10,45% no Nordeste e 23,09% no Sudeste.

No Norte, os rendimentos do Programa Bolsa Família são responsáveis pela maior contribuição para a redução da disparidade regional (38,14%), seguidos da previdência pública (33,70%) e da renda do trabalho do homem (24,90%), enquanto na região Sul, a redução da disparidade deve-se, prioritariamente, aos rendimentos do trabalho do homem, da previdência pública e do trabalho da mulher, nesta ordem.

Analizando a Tabela 12 em termos dos resultados encontrados do efeito-composição e do efeito-concentração, observa-se que as contribuições decorrentes da renda do trabalho do homem e da mulher e das previdências pública e privada deveram-se, praticamente, ao efeito-concentração, pois suas composições na renda ficaram praticamente estáveis no período. Já a componente outras rendas colaborou mais pela mudança na composição da renda, com exceção do Nordeste e Norte, onde o efeito-concentração predominou. E, finalmente, em

relação a componente proveniente do Programa Bolsa Família, verifica-se que a mesma colaborou com a redução do índice de Gini no Nordeste e no Norte predominantemente pelo efeito-composição, graças ao aumento da sua participação (Bolsa Família) no domicílio, enquanto que nas demais regiões (Sul, Sudeste e Centro-Oeste) a redução do índice de Gini deveu-se tanto ao efeito-composição quanto ao efeito-concentração.

Tabela 12 – Decomposição da variação no valor absoluto do índice de Gini segundo efeito-composição e efeito-concentração (%). Regiões do Brasil, 2004-2012

Componentes	Efeito-composição	Efeito-concentração	Efeito Total
Nordeste			
Trabalho do homem	-0,12	8,29	8,18
Trabalho da mulher	-3,30	13,74	10,45
Previdência pública	-0,02	43,90	43,88
Previdência privada	0,07	5,20	5,27
Bolsa Família	20,50	2,53	23,04
Outras Rendas	-0,29	9,48	9,19
Total	16,85	83,15	100,00
Sudeste			
Trabalho do homem	0,26	25,77	26,03
Trabalho da mulher	0,02	23,07	23,09
Previdência pública	0,82	40,63	41,45
Previdência privada	-0,28	4,73	4,45
Bolsa Família	2,34	1,24	3,58
Outras Rendas	5,10	-3,70	1,40
Total	8,26	91,74	100,00
Sul			
Trabalho do homem	-0,03	44,90	44,87
Trabalho da mulher	-0,22	16,86	16,64
Previdência pública	0,72	30,69	31,41
Previdência privada	-0,91	2,76	1,85
Bolsa Família	0,15	1,69	1,84
Outras Rendas	4,46	-1,06	3,40
Total	4,17	95,83	100,00
Centro-Oeste			
Trabalho do homem	-0,72	33,30	32,58
Trabalho da mulher	-1,20	41,40	40,20
Previdência pública	-0,36	32,82	32,46
Previdência privada	-0,17	0,65	0,48
Bolsa Família	0,40	2,11	2,50
Outras Rendas	3,32	-11,56	-8,23
Total	1,28	98,72	100,00
Norte			
Trabalho do homem	-1,97	26,87	24,90
Trabalho da mulher	-7,32	-6,70	-14,03
Previdência pública	-0,89	34,59	33,70
Previdência privada	-1,17	4,48	3,30
Bolsa Família	37,02	1,12	38,14
Outras Rendas	0,42	13,58	14,00
Total	26,08	73,92	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo avaliar a contribuição das diversas fontes de renda e seus impactos na desigualdade da renda domiciliar *per capita* no Brasil e nas macrorregiões, tendo como ênfase a renda do trabalho da mulher. A base de dados utilizada advém da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2004 a 2012. As metodologias utilizadas foram a decomposição do índice de Gini em parcelas do rendimento proposta por Kakwani, Wagstaff e Doorslaer (1997) e a decomposição da mudança no índice de Gini por efeito-composição e efeito-concentração desenvolvida por Hoffmann (2006) e Soares (2006), a partir da decomposição proposta por Shorrocks (1982).

O primeiro objetivo foi investigar os índices de Gini para cada região. Os resultados mostram que a região Nordeste apresentou o maior índice, seguida da região Centro-Oeste, Sudeste e Norte, que se revezaram em terceiro lugar. Na análise para o Brasil, os resultados alcançados indicam que o índice de Gini apresentou uma diminuição de aproximadamente 8,78% no período analisado, evidenciando uma queda na desigualdade de renda no âmbito domiciliar *per capita*. Em relação à participação de cada componente na renda domiciliar *per capita*, verificaram-se alterações na composição, com uma leve diminuição na participação do trabalho do homem, na previdência privada e na parcela outras rendas. Por sua vez, a renda do trabalho da mulher, a previdência privada e o Programa Bolsa Família evidenciaram acréscimos na participação.

No âmbito regional, a renda do trabalho do homem é a parcela que tem a maior participação na renda domiciliar *per capita*, apesar de ter apresentado um decréscimo no período 2004-2012, seguida da renda do trabalho da mulher. No Nordeste, o percentual da renda do trabalho da mulher na composição da renda domiciliar é inferior ao observado nas outras regiões, mas se destaca em relação à contribuição do componente previdência pública. As parcelas de rendimento da previdência privada e da denominada outras rendas representam um percentual pequeno na renda do domicílio, tendo ainda reduzido a sua contribuição em todas as regiões no período analisado.

O resultado do aumento da participação da renda do trabalho da mulher na renda domiciliar é reflexo da participação crescente feminina no mercado de trabalho desde os anos 1970. Vários motivos colaboraram para este aumento, desde os direitos adquiridos através da

Constituição de 1988, as mudanças culturais, o aumento da escolaridade e até a queda da renda do trabalho masculino, o que motivou a inserção das mulheres casadas e com filhos, no intuito de aumentar a renda da família. O aumento da participação da mulher na atividade econômica foi acompanhado por um envelhecimento da população feminina ocupada.

O objetivo seguinte foi o de avaliar a evolução da desigualdade de renda no Brasil através do índice de concentração. A análise mostrou que a parcela outras rendas contribui de maneira significativa para ampliar a desigualdade, ou seja, é bastante regressiva. Já a parcela do Programa Bolsa Família é a única que tem caráter notadamente progressivo. Por sua vez, a renda do trabalho do homem é pouco progressiva, enquanto que a renda do trabalho da mulher mostrou-se ser uma renda pouco regressiva. As parcelas previdência pública e previdência privada não apresentam um comportamento único. Portanto, não há como classificá-las em regressivas ou progressivas neste período estudado. Todas as rendas apresentaram desconcentração.

Os resultados para a decomposição da mudança do índice de Gini segundo o efeito-composição e o efeito-concentração no Brasil demonstraram que a renda da previdência pública, seguida da renda do trabalho do homem e da mulher foram as que mais contribuíram para a diminuição da desigualdade de renda no Brasil. As contribuições deveram-se, praticamente, ao efeito-concentração, isto é, as alterações nas participações das rendas no domicílio não foram tão relevantes para explicar a redução da desigualdade, ao invés disso, a desconcentração dessas rendas é que tiveram o papel mais relevante.

Por sua vez, os resultados da decomposição da mudança do índice de Gini em nível regional foram divergentes dos encontrados para o País. Enquanto no Sudeste, Sul e Centro-Oeste as mudanças ocorridas de 2004 a 2012 nas componentes trabalho do homem, previdência pública e trabalho da mulher, principalmente na questão da desconcentração destas rendas, foram as grandes responsáveis pela queda da desigualdade brasileira, no Nordeste e no Norte, a renda do Programa Bolsa Família teve um papel crucial, principalmente através do efeito-composição.

Os resultados encontrados, embora ainda incipientes devido à falta de trabalhos específicos para o tema, parece diagnosticar a relevância do papel dos rendimentos do trabalho da mulher na redução da desigualdade de renda domiciliar. Dentre as possíveis causas da melhoria desta componente na desconcentração da renda, a literatura tem apontando

a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, principalmente àquelas menos favorecidas economicamente.

Por fim, apesar de os resultados apresentarem uma tendência de desconcentração de renda, a evolução observada ao longo dos anos ainda é pequena quando comparada ao nível de concentração existente. Assim, reforça-se a importância de políticas públicas que visem à desconcentração da renda, em especial a renda do trabalho, já que esta tem uma participação bastante significativa na renda dos domicílios e sua dinâmica reflete, de maneira expressiva, a trajetória rumo a uma sociedade mais igualitária. Neste contexto, destaca-se a necessidade de políticas voltadas para o trabalho das mulheres, num esforço de facilitar a sua inserção no mercado de trabalho, promovendo a sua autonomia econômica, além de buscar diminuir a disparidade existente entre os rendimentos das mulheres e dos homens.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. A situação da mulher latino-americana. O mercado de trabalho no contexto da reestruturação. **Mulher e Trabalho Experiências de ação afirmativa**. S.P, Boitempo Editorial, abril de 2000.
- ALVES, J. E. D. O crescimento da PEA e a redução do hiato de gênero nas taxas de atividade no mercado de trabalho. *Aparte Inclusão Social em Debate*, 2013. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/artigo_112_a_reducao_do_hiato_de_genero_nas_taxas_de_atividade_no_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2013.
- ARAÚJO, J. R. **Decomposição da recente queda da desigualdade da renda per capita no Brasil: uma análise a partir do índice de concentração**. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- BARROS, R. P. A efetividade do salário mínimo em comparação à do Programa Bolsa Família como instrumento de redução da pobreza e da desigualdade. *In*: BARROS, R.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Vol. 2. Brasília: IPEA, p. 507-549, 2007.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v. 2, p. 507-549, 2007.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Texto para discussão, n. 377, 60 p. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.
- _____. Uma avaliação da qualidade do emprego no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 14., 1996. **Anais...** Campinas: ANPEC, p. 390-421, 1996.
- BETIOL, M. I. S. Ser administradora é o feminino de ser administrador? *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2000, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: ANPAD, 2000.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2006. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/pnpm/livro-ii-pnpm-completo09.09.2009.pdf>. Acesso em: 06 de outubro de 2013.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2008.
- BRUSCHINI, C. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *In*: **Revista Estudos Feministas**. Volume 2, nº 3, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, p. 17-32, 1994.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. O Trabalho da Mulher brasileira nos primeiros anos da década de 90. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v. 1, 1996.

CACCIAMALI, M. C. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: Diva Benevides Pinho; Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos. (Org.). **Manual de Economia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, p. 406-422, 2002.

CACCIAMALI; CAMILLO. Redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2004 nas macrorregiões brasileiras. Tendência ou fenômeno transitório? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 287-315, ago. 2009.

CAMBOTA, J. N.; PONTES, P. A. Desigualdade de rendimentos por gênero intra-ocupações no Brasil, em 2004. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.331-350, maio/ago. 2007.

CASTRO, R. S. **Efeitos da desigualdade de renda sobre o crescimento econômico no Brasil**: uma análise não-linear. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2006.

CAVAZOTTE, F.; OLIVEIRA, L. B.; MIRANDA, L.C. Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e na sua intenção de deixar a empresa. **Revista de Administração** (FEA-USP), v. 45, p. 1-15, 2010.

CORRÊA, A. M. H. **O assédio moral na trajetória profissional de mulheres gerentes**: evidências nas histórias de vida. 2004. 184f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FERREIRA, H.G. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil**: Luta de Classe ou heterogeneidade educacional? Texto para discussão, n. 415. Departamento de Economia da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2000.

FIRPO, S.; REIS, M. C. O salário mínimo e a queda recente da desigualdade no Brasil. In: BARROS, R.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de Renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, vol. 2, p. 499-506, 2007.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. **American Economic Review**, Nashville, v. 67, n. 2, p. 391- 402, 1972.

GARDEY, D. Perspectivas históricas. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003.

GIUBERTI, A.C.; MENEZES FILHO, N. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v.9, n.3, p.369-384, jul./set. 2005.

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. (Orgs.). **Gestão de políticas públicas em gênero e raça/GPP-GeR**: módulo III. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco. **Economia e Sociedade**, Campinas, 2000.

_____. As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade. **Econômica**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 335-341, 2005.

_____. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, V.8, n.1, p.55-81, junho 2006.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar *per capita* no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 35-58, 2004.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Econômica**, v. 10, n. 1, p. 7-39, 2008.

IBGE. **Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas**. 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf. Acesso em: 27 de julho de 2013.

JATOBÁ, J. Brazilian women in the metropolitan labor force, a times series study across region and households status. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v.3, 1994.

KAKWANI, N.; WAGSTAFF, A.; DOORSLAER, E. Socioeconomic inequalities in health: measurement, computation, and statistical inference. **Journal of Econometrics**, v. 77, p. 87-103, 1997.

LANGONI, C. G. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil: uma reafirmação. **Ensaio Econômico EPGE**, Rio de Janeiro, n.8, 1973.

LAVINAS, L. **Empregabilidade no Brasil**: inflexões de gênero e diferenciais femininos. Texto para Discussão, n. 826. Rio de Janeiro: IPEA, set. 2001.

LEONE, E. **Mulher, mercado de trabalho e pobreza**: um estudo da inserção da mulher na atividade econômica e suas implicações para a família. (Relatório de Pesquisa). Campinas: IE-UNICAMP, 1997.

_____. Renda familiar e Trabalho da Mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: ROCHA, M.I. B. (Coord.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. ABEP, NEPO/ UNICAMP e CEDEPLAR/ UFMG. Editora 34, 2000.

_____. O Trabalho da Mulher em regiões metropolitanas brasileiras. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade**. O Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

MORRISON, A.M.; GLINOW, M.A.V. Women and minorities in management. **American Psychologist**, v.45, n.2, p.200-208, Feb. 1990.

OLIVEIRA, O.; ARIZA, M. Gênero, trabalho e exclusão social. In: OLIVEIRA, M. C. (Org.). **Demografia da exclusão social** - temas e abordagens. Campinas: Editora da Unicamp, Nepo, 2001.

PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos na fala dos ouros. In: LOPES (org.) **Cultura e identidade operária**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RAMOS, L.; VIEIRA, M. L. Determinantes da desigualdade de rendimentos no Brasil nos anos 90: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores. In: **Desigualdade e Pobreza no Brasil** – 2000. Rio de Janeiro: IPEA, p. 159-176, 2000.

ROTH, L.M. Women on Wall Street: despite diversity measures, Wall Street remains vulnerable to sex discrimination charges. **Academy of Management Perspectives**, v.21, n.1, p.24-35, Feb. 2007.

SABOIA, J. O Salário Mínimo e seu potencial para a Melhoria da Distribuição de Renda no Brasil. In: BARROS, R.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, vol. 2, p. 479-497, 2007.

SANCHES, S. As mulheres no mercado de trabalho brasileiro: desigualdade e mudança. **Revista Observatório Social**, Florianópolis, ano 2, n. 5, p. 50-51, março de 2004.

SEDLACEK, G.L.; SANTOS, E. C. **A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar**. Rio de Janeiro: IPEA, 1991. (Texto para Discussão, n. 209). Disponível em: <http://hdl.handle.net/11058/1368>. Acesso em 27 de julho de 2013.

SHORROCKS A. Inequality decomposition by factor components. **Econometrica**. v. 50. n. 1. 193-211. 1982.

SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. Texto para discussão, n. 1228. Brasília: IPEA, 2006.

SOARES, S. S. D. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 83–115, junho 2006.

SOARES, S.; SOUZA, P. H. G. F.; OSÓRIO, R. G.; SILVEIRA, F. G. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Eds.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, v. 2, p. 27-52, 2010.

SOUZA, P. H. G. F. **As causas imediatas do crescimento da renda, da redução da desigualdade e da queda da extrema pobreza na Bahia, no Nordeste e no Brasil entre 2003 e 2011**. Texto para discussão, n. 1816. Brasília: IPEA, 2013.

SOUZA, A. E.; GUIMARÃES, V. N. Gênero no espaço fabril. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2000.

STEIL, A.V. Organizações, gênero e posição hierárquica – compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP)**, São Paulo, v.32, n.3, p.62-69, jul./ago./set. 1997.

THÉBAUD, F. A grande guerra: o triunfo da divisão sexual. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). **História das mulheres no Ocidente**. São Paulo: Afrontamento, 1991.

**APÊNDICE A – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA, POR
GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE, SEGUNDO O SEXO (%) – (2003 e 2011)***

	Mulheres		Homens	
	2003	2011	2003	2011
Indústria	14,5	13,0	19,9	19,3
Construção	1,0	1,0	12,5	13,2
Comércio	17,9	17,5	21,9	19,6
Serviços Prestados a Empresas	11,6	14,9	14,8	17,0
Administração Pública	22,8	22,6	10,5	10,5
Serviços Domésticos	16,7	14,5	0,7	0,7
Outros Serviços	15,1	16,2	18,6	19,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

*Média das estimativas mensais.

APÊNDICE B – ÍNDICE DE GINI E ERROS-PADRÃO. REGIÕES DO BRASIL, 2004-2012

Regiões/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Nordeste	0,5802 (0,0027)	0,5713 (0,0028)	0,5688 (0,0024)	0,5571 (0,002)	0,5559 (0,0026)	0,5514 (0,0019)	0,5377 (0,0022)	0,5376 (0,0045)
Sudeste	0,5397 (0,0024)	0,5405 (0,0024)	0,5301 (0,0016)	0,5141 (0,0017)	0,5157 (0,0028)	0,5023 (0,0019)	0,4927 (0,002)	0,4956 (0,0029)
Sul	0,5101 (0,0056)	0,5024 (0,004)	0,5010 (0,0022)	0,4982 (0,0024)	0,4868 (0,0045)	0,4834 (0,0026)	0,4640 (0,0022)	0,4597 (0,0027)
Centro-Oeste	0,5586 (0,0043)	0,5608 (0,0068)	0,5558 (0,003)	0,5665 (0,0029)	0,5570 (0,0059)	0,5505 (0,0032)	0,5278 (0,0032)	0,5227 (0,004)
Norte	0,5350 (0,0031)	0,5256 (0,0027)	0,5180 (0,0025)	0,5258 (0,0032)	0,4998 (0,0025)	0,5174 (0,0026)	0,5299 (0,0027)	0,5080 (0,0026)

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da PNAD.

Nota: Os dados entre parênteses correspondem aos erros-padrão.